

# Relatório e Contas 2016



Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

10  
L

## **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**

### **Relatório e Contas 2016**

Março de 2017

na  
M  
L.

## **CORPOS SOCIAIS DA EDM**

(Mandato 2016-2018)

### **Mesa da Assembleia Geral**

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretário – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

### **Conselho de Administração**

Presidente – Rui da Silva Rodrigues

Vogal – Mário Jorge Ferreira Guedes

Vogal – Luís António Pita Ameixa

### **Fiscal Único**

ROC Efetivo – “António Borges & Associados”, SROC nº 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro, ROC nº 1165

ROC Suplente – Miguel Macedo Pinto Nunes Correia, ROC nº 1761

**Contribuinte** n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

**Capital social:** € 30.000.000,00

**Sede:** Rua Sampaio Pina, 1-3º dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44

MJD  
MJD

<b>INDICE</b>	Pág.
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>5</b>
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1. ENVOLVENTE EXTERNA</b>	<b>8</b>
1.1. Conjuntura macroeconómica internacional	8
1.2. A economia portuguesa	11
1.3. Envolvente sectorial	13
<b>2. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE</b>	<b>19</b>
<b>3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>26</b>
3.1. No domínio ambiental	26
Trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras	26
Trabalhos de Monitorização e Manutenção	36
Intervenções Complementares	37
Sustentabilidade Territorial:	38
Investigação e Desenvolvimento	39
3.2. No domínio dos recursos mineiros	40
Prospecção e Pesquisa	40
Avaliação e Exploração Mineira	51
Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	55
3.3. Ações no domínio da modernização e sustentabilidade	58
Estrutura e organização	59
Capital Humano	59
Novas áreas de negócio	60
Stock de Urânio	61
3.4. Síntese dos investimentos realizados	63
3.5. Participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários	65
<b>4. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>66</b>
<b>5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>67</b>
<b>6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	<b>70</b>
<b>7. PERSPETIVAS FUTURAS</b>	<b>104</b>
<b>8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>108</b>
<b>9. AGRADECIMENTOS</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO</b>	<b>116</b>

MO  
15  
L.

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016, constituiu um ano de transição para uma nova estratégia da EDM assente na valorização das competências interiorizadas ao longo dos 50 anos da sua atuação (completados em 2016) em especial no domínio dos recursos mineiros e na concretização das orientações propostas no contrato de gestão para o mandato 2016-2018, em fase de aprovação, por duas ordens de razões:

- a data avançada em que se registou a eleição do atual Conselho de Administração na Assembleia Geral de 22/6/2016;
- e as fases, atrasadas, em que se encontravam os projetos em execução que não aconselhava à introdução de novos ajustamentos em particular nas candidaturas de remediação ambiental das antigas áreas mineira degradadas e abandonadas.

Optou-se, assim, em 2016 por ajustar a estratégia sem comprometer as iniciativas e projetos nos seguintes termos:

- No âmbito dos projetos de RECURSOS MINEIROS:
  - deu-se continuidade e aceleração aos 2 únicos projetos de prospeção e pesquisa da empresa (os restantes tinham sido cedidos);
  - renegociaram-se acordos/protocolos entretanto celebrados, o que permitiu reposicionar a EDM em novas áreas de prospeção para desenvolver projetos autónomos a partir de 2017;
  - celebrou-se com o Estado um novo contrato de prospeção e pesquisa numa área denominada “Rosário”;
  - e procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa.
- No âmbito da REMEDIAÇÃO AMBIENTAL:
  - aceleraram-se os procedimentos da execução das candidaturas aprovadas no POSEUR que registavam um forte desajustamento face ao programa inicial e que estava a penalizar a realização e a própria viabilidade das candidaturas;
  - dinamizou-se uma estratégia de concretização de ACORDOS DE PARCERIA com os Municípios onde se efetuaram intervenções, substituindo protocolos avulsos pouco enquadrados e sem mecanismos de controlo e acompanhamento adequados;

10  
L

- e preparou-se a estratégia a seguir para novas candidaturas a apresentar ao POSEUR.
- No âmbito da MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA
  - Procedeu-se à substituição do “site” da empresa, tornando-o mais atrativo, informativo e utilização mais fácil;
  - Definiu-se um “Plano de Comunicação e Informação” que proporcionará uma melhor divulgação das atividades desenvolvidas pela empresa;
  - E iniciou-se o estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa visando contribuir para a sua sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso dos solos, a avaliação do radão nos edifícios e a possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos nas áreas recuperadas.

Ao mesmo tempo redefiniu-se o “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da EDM bem explicitado no capítulo 2 deste relatório, e que se resume no seguinte:

---

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2017-2020, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);

na perspetiva de se envolver no “HORIZONTE 2025” em fases de avaliação de viabilidade e no “HORIZONTE 2030” em fases de produção

---

Com esta atuação em 2016, que o presente Relatório e Contas descreve, perspetiva-se que a intervenção da EDM no futuro permita um desenvolvimento mais acelerado da valorização dos recursos mineiros e uma atuação sustentável na remediação ambiental e proporcione ao acionista a concretização das orientações definidas para a empresa.

Finalmente um agradecimento ao acionista em particular ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Energia na sua qualidade de tutela setorial, pelo apoio concedido, aos trabalhadores da empresa pela dedicação demonstrada na realização das suas tarefas e às entidades com quem se relacionou durante o ano.

Rui da Silva Rodrigues

Presidente

nd  
157  
L.

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2016.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the initials 'L.M.' followed by a flourish.

## 1. ENVOLVENTE EXTERNA

### 1.1. Conjuntura macroeconómica internacional

A atividade económica e o comércio mundiais apresentaram em 2016 taxas moderadas de crescimento, embora ligeiramente abaixo das do ano anterior. As estimativas mais atuais apontam acréscimos de + 3,1% da economia mundial em 2016 (face às subidas de + 3,3% em 2014 e de + 3,2% em 2015) e de + 1,9% do Comércio mundial (face aos aumentos de + 3,8% em 2014 e de + 2,7% em 2015).

Nos *Países Asiáticos* a atividade económica manteve-se dinâmica, com uma taxa de crescimento no PIB de + 6,3% (que compara com + 6,7% em 2014 e + 6,7% em 2015), com realce para a China, com uma taxa de crescimento de + 6,7% (+ 7,3% em 2014 e + 6,9% em 2015) e para a Índia, com uma taxa de crescimento de + 6,6% (+ 7,2% em 2014 e + 7,6% em 2015), ambas impulsionadas pelo comportamento positivo das respetivas procuras internas.

Na *América Latina e Caraíbas* registou-se um decréscimo do Produto de - 0,7%, face aos aumentos de 2014 (+ 0,9%) e de 2015 (+ 0,1%), com comportamentos diferenciados das quatro principais economias da região: Chile (+1,6%), México (+2,2%), Argentina (-2,3%) e Brasil (- 3,5%).

Nos *Países da Europa Central e de Leste* a atividade económica em 2016 assinalou um acréscimo de + 1,2%, (face aos + 2,3% de 2014 e + 0,5% de 2015), sublinhando-se a manutenção do decréscimo na Rússia (- 0,6% face a - 3,7% em 2015) e a redução do ritmo de crescimento na Turquia (+ 2,7% face a + 4,0% em 2015).

As perspetivas económicas para 2017 e 2018 indiciam uma ligeira recuperação da economia mundial, com ritmos diferentes consoante as regiões: os “*países emergentes e em desenvolvimento*” a apresentarem-se relativamente dinâmicos, graças sobretudo aos incrementos na procura interna, com crescimentos previstos para 2017 e 2018 de + 4,5% e + 4,8% respetivamente, enquanto nas “*economias avançadas*” o crescimento será menos acentuado (+ 1,9% para 2017 e + 2,0% para 2018). As projeções mais recentes estimam para 2017 um crescimento de + 3,4%

MO  
M  
L.

do Produto mundial e de + 3,8% do Comércio mundial e para 2018 uma subida de + 3,6% e de + 4,1% respetivamente para o Produto e Comércio mundiais. Mantêm-se, contudo, elevadas incertezas devidas por um lado às hipotéticas interrupções no prosseguimento das políticas monetárias de estímulo à economia por parte do FED (Federal Reserve System-USA) e do BCE (Banco Central Europeu), e por outro aos impactos económicos, oriundos na instabilidade e nas associadas tensões geopolíticas, no Médio Oriente, em particular na Síria, no Iraque, na Arábia Saudita e no Irão, e ao arrefecimento de economias com repercussão no comércio global, como a da China, e mesmo de recessão, como a da Rússia e do Brasil. Acrescem ainda a estas incertezas os riscos ligados à persistência de perturbações nos mercados financeiros (associadas ao elevado nível das dívidas soberanas de um grande número de países), às elevadas taxas de desemprego, à baixa do consumo, à fraca confiança dos agentes económicos e à volatilidade do comportamento dos preços de algumas matérias-primas e do petróleo a nível global.

Ainda no que respeita às *Economias Emergentes* é de sublinhar, face às relações preferenciais com a economia portuguesa, a estagnação estimada para 2016 na economia de *Angola* (+ 0,4%) e a evolução positiva prospetivada na economia de *Moçambique* (+ 3,6%), a comparar com os elevados níveis de crescimento alcançados em 2015 de + 3,0% (*Angola*) e de + 6,6% (*Moçambique*). As estimativas para 2017 e 2018 apontam para a retoma da tendência de crescimento, embora mais moderado, com taxas de + 1,2% e + 0,9% para *Angola* e de + 5,2% e + 6,9% para *Moçambique*.

Nos *Estados Unidos da América*, em 2016, a atividade económica registou um acréscimo do PIB de + 1,6%, inferior aos + 2,6% verificados em 2015. O acréscimo do PIB em 2016 assentou fundamentalmente no comportamento favorável do consumo privado (+ 2,9%) e do investimento (+ 1,1%) e em menor escala nas taxas de crescimento das exportações (+ 0,3%) e do consumo público (+ 0,7%). O facto de o desemprego ter mantido a trajetória decrescente, cifrando-se em 4,9% em 2016 (face aos 6,2% de 2014 e 5,3% de 2015), poderá influenciar positivamente o processo da retoma, ainda que moderada, da atividade económica, com reflexos no crescimento do PIB, que se estima de + 2,2% em 2017, impulsionado essencialmente pela evolução positiva das exportações (+5,8%), do investimento

(+ 3,0%) e do consumo privado (+ 2,7%), e de + 1,9% em 2018, impelido, nomeadamente, pelo aumento do investimento (+ 3,7%) e das exportações (+ 2,1%).

A *economia Japonesa* manteve um crescimento moderado da atividade económica, tendo apresentado um acréscimo do PIB de + 0,7%, face aos + 0,0% de 2014 e + 0,5% de 2015. Esta variação foi muito influenciada pelo decréscimo das exportações (- 1,0%), que neutralizou as variações positivas do consumo público (+ 1,8%), do consumo privado (+ 0,4%) e do investimento (+0,7%). Prevê-se um modesto crescimento para 2017 (+ 0,8%), seguido de nova redução do ritmo de crescimento em 2018 (+ 0,4%), como consequência, fundamentalmente, do comportamento do ritmo de andamento das exportações.

Na *área Euro* a atividade económica registou, em 2016, um acréscimo do PIB de + 1,7% (sendo de + 1,9% na *União Europeia*) face aos + 1,2% registados em 2014 e + 2,0% de 2015. Persistiram, à semelhança do já verificado em anos anteriores, diferenças substanciais de comportamento entre os países da *área Euro*, com economias a registarem acréscimos superiores à média, como sejam Irlanda (+ 4,3%), Malta (+ 4,0%), Luxemburgo (+ 3,8%), Eslováquia (+ 3,3%), Espanha (+ 3,2), Chipre (+ 2,8%), Eslovénia (+ 2,5%), Lituânia (+ 2,2%), Holanda (+ 2,1%) e Alemanha (+ 1,9%). Todos os restantes países apresentaram variações inferiores à média, menos intensas na Letónia (+ 1,6%), na Áustria (+1,5%), na Finlândia (+ 1,5%), em Portugal (+1,3%), na França (+ 1,2%), na Bélgica (+ 1,2%) e na Estónia (+ 1,1%), e mais significativas na Itália (+ 0,9%) e na Grécia (+ 0,3%).

Nos países da *União Europeia* fora da *área Euro* registaram-se, também, comportamentos diferenciados, com acréscimos superiores à média mais expressivos na Roménia (+ 4,9%), na Suécia (+ 3,3%), na Bulgária (+ 3,3), na Polónia (+ 2,8%) e na Croácia (+ 2,8%), seguidos de crescimentos menos acentuados na Checoslováquia (+ 2,4%), no Reino Unido (+2,0%) e na Hungria (+ 1,9%). A Dinamarca (+ 1,0%) registou a única situação de variação do PIB inferior à média da *União Europeia*.

As perspetivas de evolução do ritmo de crescimento na *área Euro* estão negativamente condicionadas pelo excessivo nível de endividamento de alguns países da União Europeia, pela manutenção de uma elevada taxa de desemprego,

pela necessidade de promover a consolidação das finanças públicas face às exigências dos mercados financeiros relacionadas com as dívidas soberanas, e pelas fracas expectativas de retoma dos preços. Neste contexto as previsões mais recentes assinalam, para 2017 e 2018, uma variação média anual do PIB de +1,6% e de +1,8% respetivamente, suportada em 2017 principalmente pelo aumento das exportações (+ 3,3%) e do investimento (+ 2,9%) e em menor escala do consumo privado (+ 1,5%), e em 2018 pela conjugação da subida das exportações (+ 3,7%), do investimento (+ 3,4%) e também do consumo privado (+ 1,6%).

## 1.2. A economia portuguesa

A *economia Portuguesa* apresentou, em 2016, um crescimento do PIB de + 1,3%, face aos + 0,9% registados em 2014 e + 1,6% em 2015. Este comportamento ficou a dever-se, principalmente, às evoluções desfavoráveis das variações do investimento (reduziu de + 4,5% em 2015 para - 1,5% em 2016) e das exportações (decreceu de + 6,1% em 2015 para + 3,9% em 2016), que foram acompanhadas por variações menos expressivas do consumo privado (+ 2,1% face aos + 2,6% de 2015) e do consumo público (+ 0,6% face aos 0,8% de 2015) e pela redução significativa das importações (+ 3,9% face aos + 8,2% de 2015).

A taxa média de inflação situou-se em + 0,6% (face a + 0,5% em 2015), acima da média da *área euro* (+ 0,2%). As previsões atuais assinalam uma subida da taxa média de inflação para + 1,3% em 2017 e para + 1,4% em 2018.

A taxa de desemprego diminuiu para + 11,2%, abaixo dos + 13,9% registados em 2014 e dos + 12,4% de 2015, mas acima da taxa da *área Euro* (+ 10,0%), prevendo-se, de acordo com estimativas do Banco de Portugal e da Comissão Europeia, um ligeiro decréscimo para + 10,1% em 2017 e para + 9,4% em 2018.

As últimas projeções da Comissão Europeia para a economia portuguesa apontam para um crescimento da atividade económica em 2017 (+ 1,6%) e em 2018 (+ 1,5%), influenciado em 2017 pelo aumento das exportações (+ 4,1%) e do investimento (+ 3,8%) acompanhado por um moderado acréscimo no consumo privado (+ 1,6%) e uma estagnação do consumo público (+0,4%) e para 2018 pelo aumento das exportações (+4,2%) e do investimento (+ 4,2%).

Estas perspetivas de evolução apresentam um elevado grau de incerteza decorrente tanto da dimensão da recuperação económica mundial e da Europa em particular, que suporte as estimativas das exportações e do investimento principalmente em 2018, como da necessidade de manter políticas de rigor na consolidação orçamental para cumprir os objetivos do défice e da dívida definidos para 2017 e 2018 no quadro do Tratado sobre a Estabilidade, Governação e Coordenação na União Económica e Monetária. Acresce ainda o risco, que permanece, resultante do impacto do processo de “desalavancagem” do setor bancário nas condições de financiamento da economia, que poderá traduzir-se numa acrescida moderação na política de concessão de crédito com os consequentes reflexos no investimento e no consumo.

#### INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em (%)										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (*)	2017 (*)	2018 (*)
Consumo Privado	1,3	-2,3	2,1	-3,8	-5,2	-1,2	2,3	2,6	2,1	1,6	1,2
Consumo Público	0,3	4,7	0,9	-4,3	-4,3	-2,0	-0,5	0,8	0,6	0,4	0,5
Investimento	-0,3	-8,6	-4,1	-10,7	-15,0	-5,1	2,3	4,5	-1,5	3,8	4,2
Exportações bens e serviços	-0,1	-10,9	8,8	7,2	3,1	7,0	4,3	6,1	3,9	4,1	4,2
Importação bens e serviços	2,3	-10,0	5,4	-5,9	-6,6	4,7	7,8	8,2	3,9	4,3	4,3
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,9</b>	<b>1,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>
<b>Inflação</b>	<b>+2,6</b>	<b>-0,8</b>	<b>+1,4</b>	<b>+3,7</b>	<b>+2,8</b>	<b>+0,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>+0,5</b>	<b>+0,6</b>	<b>+1,3</b>	<b>+1,4</b>

(\*) últimas estimativas disponíveis

Fonte: dados recolhidos junto do FMI, World Bank, Banco de Portugal, INE e Comissão Europeia

MS  
↑  
L.

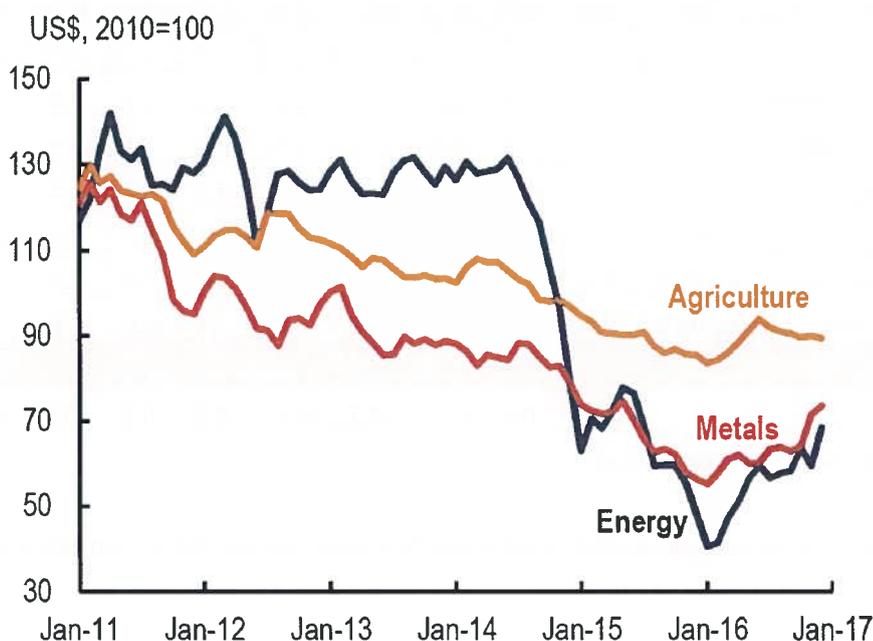
### 1.3. Envolvente sectorial

Os preços da maioria das “industrials commodities” registaram no **4º trimestre de 2016** variações positivas face aos mínimos registados no início do ano.

#### METALS AND MINERALS

O preço dos “metais básicos” aumentou cerca de 10% no 4º trimestre, o 3º ganho trimestral consecutivo. Contudo a média anual dos preços dos “metais básicos” foram 6% inferiores aos de 2015, o mais baixo nível nos últimos 11 anos.

Os preços da maioria dos metais aumentaram devido não só á forte procura-estimulada principalmente pela China- mas também como resultado de constrangimentos da oferta e baixa de stocks decorrentes do encerramento de várias minas de zinco e chumbo na Austrália, Canadá e Irlanda.



Source: World Bank.

Note: Last observation is December 2016.

*Índice de evolução mensal da cotação das matérias-primas*

Os preços também foram positivamente influenciados pelas eleições nos EUA, com as expectativas de maiores investimentos em infraestruturas e com o aumento do otimismo na economia global.

Os esforços da China para impulsionar os setores das infraestruturas e da construção foram os fatores chave da procura em 2016. A transição da China para uma “economia de consumo”, a par das reformas industriais e das preocupações ambientais, perspetiva uma redução do crescimento da procura das matérias primas minerais.

No que respeita às **projeções de evolução dos preços** e riscos associados há a registar o seguinte:

- Estima-se um crescimento de cerca de 11% dos preços dos metais básicos em 2017 devido à compressão do mercado para a maioria dos metais especialmente nos que enfrentam estrangulamentos eminentes com largos ganhos no zinco (+27%) e chumbo (+18%) devido a encerramentos permanentes e ganhos mais moderados (embora em 2 dígitos) no Cobre, Níquel e Estanho:
  - entre os fatores que influenciam favoravelmente a evolução dos preços sublinham-se uma procura global mais forte, uma mais lenta retoma de novas capacidades, menores estrangulamentos ambientais e ações políticas que limitam a oferta.
  - Entre os riscos que podem penalizar a evolução positiva incluem-se uma mais reduzida procura na China e uma superação das expectativas de produção, incluindo a reinicialização de capacidades ociosas.

### *PRECIOUS METALS*

Os preços dos metais preciosos diminuíram 7% no 4º trimestre de 2016 devido à queda da procura em resultado do fortalecimento do dólar e do aumento das taxas de juro. Os preços da Platina e Prata desceram 13% e os do Ouro 9%.

Estima-se que em 2017 se registre nova queda de 7% dos preços dos metais preciosos.

WS  
M  
L



Source: World Bank.

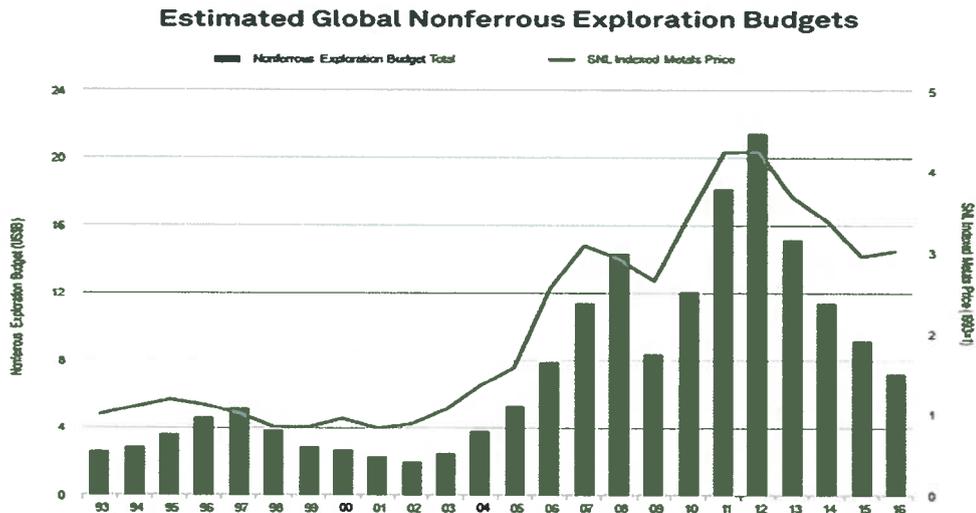
Note: Last observation is December 2016.

*Índice de evolução mensal dos metais preciosos*

### ATIVIDADE DE PROSPEÇÃO E PESQUISA A NÍVEL MUNDIAL

Um novo relatório da SNL Metals and Mining sobre Estratégias de Prospeção e Pesquisa empresariais em 2016 mostra uma indústria ainda presa numa profunda recessão após quatro anos de quedas acentuadas.

De acordo com a SNL os orçamentos de prospeção e pesquisa em 1.580 empresas abrangidas pelo estudo totalizaram US \$ 6,9 bilhões, o menor em 11 anos.

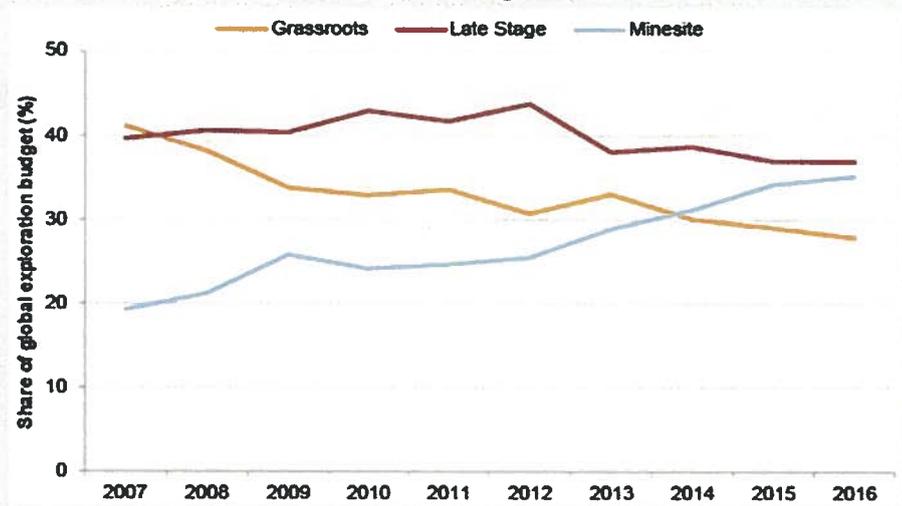


Source: S&P Global Market Intelligence

O investimento foi dominado pelas maiores empresas da indústria, com apenas as 10 maiores empresas responsáveis por mais de US \$ 1 de cada US \$ 5 gastos em prospeção e pesquisa - principalmente para o cobre e o ouro - no ano passado.

A SNL observa que "a opinião convencional" sustenta que as grandes empresas deixam os "grassroots" para as empresas "juniores", mas hoje a prospeção em "early-stage" está a ser realizada pelas maiores empresas. Os 20 maiores investidores por si só contribuíram com 34% de todas as alocações de "greenfields" em 2016.

**Worldwide exploration budgets by stage of development, 2007-16**  
(As a percentage of the global exploration budget total)



Source: S&P Global Market Intelligence

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Em 2017, a SNL não espera mudanças significativas na proporção dos orçamentos por fase, uma vez que os investimentos das empresas “juniores” continuam a encolher e as grandes empresas apenas aumentam os orçamentos ligeiramente.

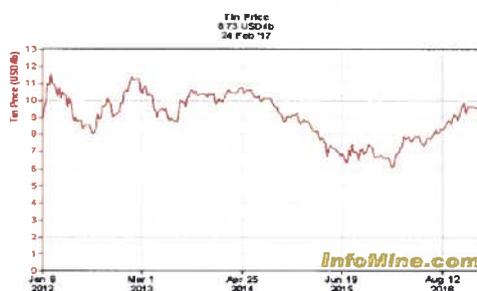
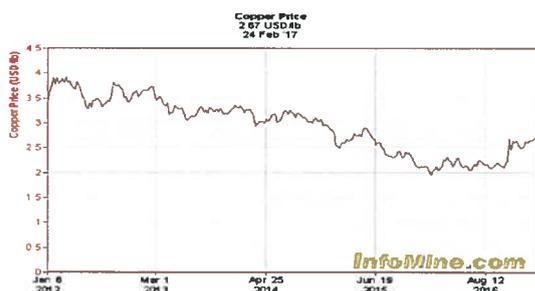
A SNL sublinha que face ao baixo nível de prospeção em “earlier-stage projects” nos últimos anos não é surpresa que os anúncios de novas descobertas tenham diminuído.

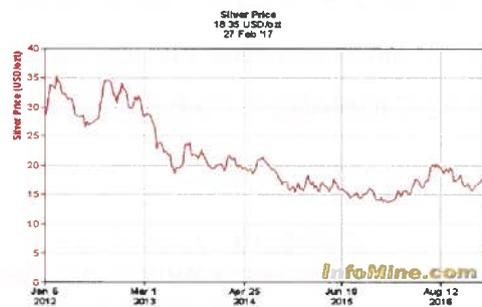
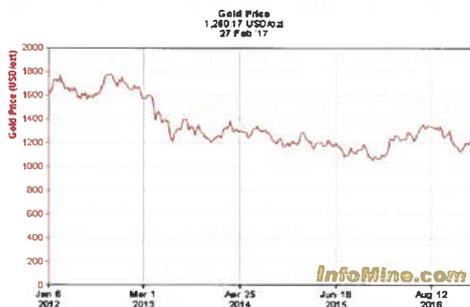
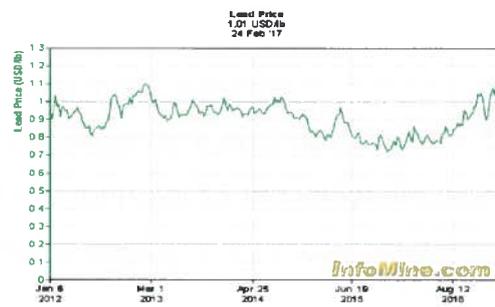
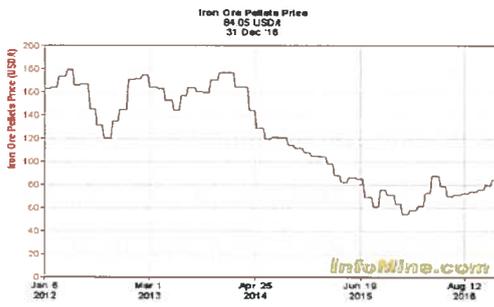
No ano passado foram anunciados 55 recursos iniciais com um valor de US \$ 130,4 bilhões, contra 44 em 2015, no valor de US \$ 103,2 bilhões. Essa é uma melhoria saudável, mas insuficiente em comparação com os 168 novos depósitos encontrados em 2012, que foram avaliados em US \$ 366,5 bilhões.

### EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Apresentam-se de seguida as cotações nos últimos 5 anos dos principais minérios com relevância para o setor em Portugal:

- Metais básicos: cobre, zinco, tungsténio, estanho, ferro e chumbo;
- Metais preciosos: ouro e prata





*Handwritten signature*

## 2. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O presente relatório é apresentado pelo Conselho de Administração da EDM que iniciou funções em 22 de junho de 2016, com o Presidente e um Vogal, tendo sido completado com a nomeação de um segundo Vogal em 5 de julho de 2016.

Tendo em consideração as competências da EDM interiorizadas ao longo dos 50 anos da sua atuação (completados em 2016) em especial no domínio dos recursos minerais e as orientações propostas no contrato de gestão para o mandato 2016-2018, ainda em fase de aprovação, o novo Conselho de administração redefiniu o “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da empresa que se resume no seguinte:

---

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2017-2020, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);

na perspetiva de se envolver no “**HORIZONTE 2025**” em fases de avaliação de viabilidade e no “**HORIZONTE 2030**” em fases de produção.

---

Apesar deste **reposicionamento estratégico da EDM**, bem expresso quer na proposta de “contrato de gestão” quer no PAO para 2017 oportunamente apresentado, não foi possível, durante o ano de 2016, concretizar a nova estratégia em termos efetivos por duas ordens de razões:

- a data avançada em que se registou a eleição do atual Conselho de Administração na Assembleia Geral de 22/6/2016;
- e as fases, atrasadas, em que se encontravam os projetos em execução que não aconselhava à introdução de novos ajustamentos em particular nas candidaturas de remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas.



Optou-se, assim, em 2016 por ajustar a estratégia definida sem comprometer as iniciativas e projetos nos seguintes termos:

- No âmbito dos projetos de RECURSOS MINEIROS:
  - deu-se continuidade aos 2 únicos projetos de prospeção e pesquisa da empresa (os restantes tinham sido cedidos);
  - renegociaram-se acordos/protocolos entretanto celebrados, o que permitiu reposicionar a EDM em novas áreas de prospeção para desenvolver projetos autónomos a partir de 2017;
  - e procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa.
  
- No âmbito da REMEDIAÇÃO AMBIENTAL:
  - aceleraram-se os procedimentos da execução das candidaturas aprovadas no POSEUR que registavam um forte desajustamento face ao programa inicial e que estava a penalizar a realização e a própria viabilidade das candidaturas;
  - dinamizou-se uma estratégia de concretização de ACORDOS DE PARCERIA com os Municípios onde se efetuaram intervenções, substituindo protocolos avulsos pouco enquadrados e sem mecanismos de controlo e acompanhamento adequados;
  - e preparou-se a estratégia a seguir para novas candidaturas a apresentar ao POSEUR.

Das **atividades operacionais desenvolvidas**, descritas em termos detalhados no capítulo 3 deste relatório e Contas, destaca-se em termos sintéticos o seguinte:

- Relativamente **ao domínio ambiental**, é de realçar a concretização da segunda renovação, por mais sete anos, do contrato de concessão, em exclusivo, para a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, através da Resolução do Conselho de Ministros



n.º 81/2015, de 10 de setembro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2017, de 12 de janeiro, reafirmando-se assim o empenho do Governo Português no prosseguimento do objeto da concessão, tal como definida no decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

Assim, em 2016, prosseguiu-se na procura do financiamento comunitário, forma de conseguir concretizar as obras e intervenções previstas na concessão, tendo sido aprovadas, pelo POSEUR, duas candidaturas em abril (Urgeiriça - fase final, e, o conjunto de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales, Póvoa de Cervães), e uma candidatura em junho (S. Domingos – fase 1).

Em dezembro foram submetidas ao POSEUR mais duas candidaturas (S. Domingos – fase 2, e, Mondego Sul).

Em termos de concretização de obras, destaca-se, entre outras, a conclusão e entrada em funcionamento da ETAM da Barragem Nova da Urgeiriça, a qual vem permitir o tratamento adequado das exsurgências das águas de mina.

Ainda na Urgeiriça destaca-se o desenvolvimento do concurso para as obras de descontaminação da antiga OTQ-Oficina de Tratamento Químico e demais edifícios do perímetro mineiro, cuja adjudicação da empreitada ocorreu em novembro deste ano de 2016.

No que respeita à mina de S. Domingos, lançou-se, em setembro, o concurso para a empreitada da fase 1 da reabilitação ambiental (margem direita).

Outros trabalhos prosseguiram, entretanto, como, por exemplo, a atualização do plano diretor, as sondagens nas escombreyras, os levantamentos topográficos, ou a instalação de uma estação meteorológica.

A intervenção de recuperação de um conjunto de cinco antigas minas radioativas (Castelejo, Formiga, Vale Videira, Vales, Póvoa de Cervães), através do desenvolvimento de todo o processo de contratação de



empreitada para o efeito, tendo sido obtido o visto do Tribunal de Contas, em dezembro de 2016, o que permite dar início aos trabalhos.

Face ao trabalho desenvolvido, em 2016, em termos de projetos técnicos e de candidaturas a financiamento, tem-se a expectativa positiva de se terem reunido em 2016, as condições necessárias para avançar, a seguir, com as obras de remediação ambiental referentes à fase 2 de S. Domingos e à reabilitação ambiental da antiga mina de Mondego Sul.

No que concerne a trabalhos de monitorização e manutenção, destacam-se a sequência de recolha e análises de águas de minas, e, bem assim, algumas intervenções para melhoria dos sistemas de tratamento, como foi o caso do sistema passivo da antiga mina de Cunha Baixa, ou da beneficiação do poço de bombagem junto à ribeira na área mineira de Lousal.

Outras intervenções complementares forma também realizadas, por exemplo, limpezas, implantação de vedações e de placas de sinalização.

A vertente de sustentabilidade territorial, prosseguida na ação da EDM em 2016, é marcada por uma redefinição da estratégia, na segunda metade do ano, visando colocar as áreas mineiras recuperadas ao serviço das comunidades, o que passa pelo estabelecimento de Acordos de Parceria com os municípios, enquadradores de toda a atuação futura nesta matéria.

No capítulo da investigação e desenvolvimento, a EDM, em 2016, no domínio ambiental, esteve envolvida em projetos científicos, colaborou com várias instituições universitárias e participou em diversas sessões de formação, informação, debate e esclarecimento atinentes ao seu campo de atividade.

- Relativamente à **vertente mineira**, destaca-se a celebração do contrato de prospeção para a área do Rosário, o estabelecimento de uma parceria com a empresa turca ESAN para a valorização das áreas de prospeção e pesquisa do Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças, o cumprimento dos programas de trabalho contratualizados com a DGEG para as áreas de prospeção e pesquisa de Argozelo e Escádea Grande e o início

MS  
15  
L.

de atividades integradas em projetos de investigação e inovação sob financiamento europeu.

No que respeita à parceria com a Somincor, que estabelece os moldes em que a EDM poderá acompanhar o desenvolvimento de projetos mineiro, em particular o referente ao depósito da Semblana, manteve-se o acompanhamento dos estudos de enquadramento e que perspetivam o retomar, por parte da Somincor, num futuro próximo.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos contratualizados com a DGEG para as áreas de prospeção e pesquisa de Argozelo e Escádea Grande onde foram realizados investimentos que totalizaram € 140.660,17 e €181.410,14 respetivamente. Neste é de salientar a conclusão da campanha de sondagens, que culminou com as análises químicas das diversas amostras seleccionadas, de 9 sondagens carotadas na área de prospeção e pesquisa de Argozelo, com um comprimento total de 1670 m, e que conduziram à interseção de numerosas estruturas mineralizadas em minerais de tungsténio e estanho.

A EDM manteve em discussão e avaliação do processo relativo à manifestação de interesse apresentada pela Almina, SA para a aquisição da totalidade dos direitos de exploração do jazigo do Gavião.

- Relativamente às ações de **modernização e sustentabilidade** da empresa sublinham-se os seguintes aspetos principais:
  - a. a substituição do site, tornando-o mais atrativo, informativo e amigável;
  - b. a definição de um “Plano de Comunicação e Informação” que proporcionará uma melhor divulgação das atividades desenvolvidas pela empresa;
  - c. o estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso dos solos, a avaliação



do radão nos edifícios e a possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos nas áreas recuperadas.

No que se refere ao **cumprimento das orientações legais** apresenta-se no capítulo 6 deste relatório uma descrição desenvolvida de acordo com os parâmetros pré-definidos pelo acionista. Destaca-se que, apesar de ainda não ter sido aprovada a “Proposta de Contratos de Gestão” para o mandato, o Conselho de Administração monitorizou os objetivos/metapropostas que foram plenamente alcançados como se comprova no quadro apresentado no capítulo 6.

Também no capítulo 3 se descrevem as ações desenvolvidas que confirmam o cumprimento das orientações setoriais da tutela.

Finalmente sublinha-se que a EDM deu cumprimento aos deveres de informação previstos nas orientações aplicáveis através de reportes sistemáticos à DGTF como igualmente se descreve no capítulo 6.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional** destaca-se:

- Distribuição de Dividendos ao Acionista Único da EDM – Foi deliberada, na Assembleia Geral realizada em 8 de abril de 2016, a entrega de dividendos, no montante de € 277.349,48;
- Fornecimentos e Serviços Externos abaixo da previsão orçamental de acordo com o orçamento apresentado (-7,3%);
- Gastos de pessoal em consonância com as determinações para as empresas do Setor Empresarial do Estado, com a aplicação trimestralmente das reversões das reduções remuneratórias decorrentes da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, e conforme estabelecido na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.  
Assim as reduções remuneratórias foram eliminadas em 1 de outubro de 2016.
- Resultados Líquidos – A sociedade apresentou no exercício o resultado líquido positivo de €176.518,88, inferior ao orçamentado devido à

necessidade de constituição de uma provisão de €174.943,60 associada à ação movida pela Drilcon Iberia e notificada à EDM em janeiro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

MS  
L.

### 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

#### 3.1. No domínio ambiental

##### *Trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras*

Em 2016, a atuação da EDM, no domínio ambiental, desenvolveu-se, na sua principal parte, no âmbito do contrato de concessão que tem com o Estado, por via do qual a empresa exerce, em exclusivo, o serviço público de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

Esta atividade foi estabelecida pelo decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, o qual estabeleceu também as bases do contrato de concessão.

Nos termos expressos por este diploma legal, o foco desta atividade consiste em intervir nas áreas mineiras abandonadas, localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas consequências ambientais decorrentes daquela atividade, porque as respetivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência; bem como, intervir nas áreas objeto de exploração mineira iniciada antes da entrada em vigor do decreto-lei n.º 90/90, de 16 de Março, e já desativada até essa data, independentemente de atuais concessões de exploração para esse fim; e ainda, intervir em outras áreas de exploração mineira, designadamente as de minerais radioativos, relativamente às quais seja reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O contrato de concessão de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas celebrado entre o Estado Português e a EDM veio a materializar-se através da aprovação da respetiva minuta pela resolução do conselho de ministros (RCM) n.º 93/2001, de 19 de julho de 2001 (Diário da República, I Série-B, n.º 184, de 9 de agosto de 2001) e, conseqüentemente, pelo respetivo contrato, o qual foi assinado em 5 de setembro de 2001, e, depois, as suas renovações, a primeira através da RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro de 2011 (Diário da República, 1.ª série, n.º 244, de 22 de Dezembro de 2011) e o respetivo contrato de 21 de agosto



de 2012, e, a segunda renovação, através da RCM n.º 81/2015, de 10 de setembro de 2015 (Diário da República, 1.ª série, n.º 184, de 21 de setembro de 2015) e da RCM n.º 26/2017, de 12 de janeiro de 2017 (Diário da República, 1.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), cujo contrato está para assinatura em breve.

Assim, a concessão vigorará, pelo menos, até 2022, ainda que esteja previsto que ela possa ser prorrogada se o interesse público assim o determinar.

Nestes termos a EDM, em 2016, deu continuidade à realização de um conjunto de intervenções de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, centradas na realização de projetos e obras de reabilitação e na monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR).

No âmbito de um 1.º Aviso, as candidaturas submetidas ao POSEUR, no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos, foram:

- “Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final”, e,
- “Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães”.

Estas duas candidaturas foram aprovadas pela Comissão Diretiva do Programa Operacional, em 22 de abril de 2016.

E a candidatura:

- - “Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1”.

Esta candidatura foi aprovada em 21 de junho de 2016.

A decisão de aprovação da Autoridade de Gestão prevê a concessão de uma participação financeira do Fundo de Coesão, destinada a cofinanciar as despesas elegíveis das candidaturas submetidas, no valor total de 17.923.162,53€, correspondente a uma taxa de 85% das despesas elegíveis, conforme discriminado no quadro seguinte.

N.º Operação	Designação	Custo Total do Investimento	Investimento Elegível	Contributo do Fundo de Coesão
<b>1º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2015-26</b>				
POSEUR-03-2317-FC-000005	Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	5.399.602,74	4.979.602,74	4.232.662,33
POSEUR-03-2317-FC-000006	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 1	3.776.752,30	3.429.252,30	2.914.864,46
POSEUR-03-2317-FC-000007	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Urgeiriça - Fase Final	14.092.038,52	12.677.218,52	10.775.635,74
<b>TOTAL</b>		<b>23.268.393,56</b>	<b>21.086.073,56</b>	<b>17.923.162,53</b>

Termos e valores das candidaturas aprovadas pelo POSEUR.

No âmbito do 1º Aviso, o prazo máximo para a execução das candidaturas é de 32 meses contados após a data de assinatura do Termo de Aceitação.

A abertura de um 2º Aviso, em 21 de setembro de 2016, permitiu a submissão ao POSEUR, em dezembro de 2016, de duas novas candidaturas, denominadas:

- “Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos – Fase 2”.
- “Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul”.

Estas duas candidaturas preveem um total de dotação de Fundo de Coesão de 6.981.058,60€, de acordo com o discriminado no quadro seguinte:

N.º Operação	Designação	Custo Total do Investimento	Investimento Elegível	Contributo do Fundo de Coesão
<b>2º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-66</b>				
POSEUR-03-2317-FC-000008	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 2	3.400.412,00	3.193.572,00	2.714.536,20
POSEUR-03-2317-FC-000009	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul	5.371.988,12	5.019.438,12	4.266.522,40
<b>TOTAL</b>		<b>8.772.400,12</b>	<b>8.213.010,12</b>	<b>6.981.058,60</b>

Termos e valores das candidaturas apresentadas ao POSEUR.

As candidaturas submetidas na segunda fase encontram-se em análise pela autoridade competente, esperando-se a decisão de aprovação pela Autoridade de Gestão muito em breve, dado o prazo regulamentar.

*MS*  
*SL*

Registe-se que os valores apresentados nos dois quadros anteriores são suscetíveis de alteração, uma vez concursadas as empreitas das obras e as aquisições de bens e serviços correspondentes, em concreto.

Em termos de balanço geral, relativamente aos apoios comunitários, recorde-se que, desde o início da concessão, em 2001, até ao final de 2016, foram aprovadas 53 candidaturas da EDM aos fundos comunitários, para investimento na reabilitação ambiental das antigas minas, 29 das quais obtiveram aprovação no QCA III (POA, e, POE), 21 no QREN (POVT, MaisCentro, e, ON.2 – O Novo Norte), e, 3 no Portugal 2020 (POSEUR). Mais duas candidaturas ao PT 2020 (POSEUR), submetidas em 2016, aguardam aprovação.

De destacar ainda que, durante o período da concessão, posto que antes de 2016, foram concretizados, com fundos próprios, 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

Em termos de preparação e ou realização de trabalhos de reabilitação ambiental em 2016, destacam-se os que incidiram nas antigas áreas mineiras de Urgeiriça, (município de Nelas); de S. Domingos (município de Mértola); de Castelejo, Formiga, e, Vale de Videira (município de Gouveia); de Vales (município de Fornos de Algodres); e de Póvoa de Cervães (município de Mangualde). E, trabalhou-se todo o processo preparatório, e concretizaram-se efetivamente as candidaturas, de S. Domingos – fase 2 (município de Mértola), e, de Mondego Sul (município de Tábua).

No que refere às atividades desenvolvidas destaca-se:

- **Na antiga área mineira da Urgeiriça**, numa significativa obra, iniciou-se e concluiu-se a construção da estação de tratamento de águas de mina (ETAM) da Barragem Nova, a qual assegurará o adequado tratamento de todas as exsurgências e caudais ali afluentes.





ETAM da Barragem Nova, Urgeiriça.

Foram instalados sistemas de tratamento passivo e ativo, para garantir a adequada flexibilidade da operação e tratamento dos caudais afluentes e minimizar os custos de operação e manutenção durante o período de exploração, tendo sido previsto a reconversão das atuais lagoas de decantação em lagoas de tratamento passivo biológico.

Desenvolveu-se o procedimento com vista à contratação da descontaminação de exsurgências de águas contaminadas no perímetro mineiro da Urgeiriça.

Procedeu-se ao lançamento do concurso público para a realização da empreitada das obras descontaminação química e radiológica e requalificação ambiental na área das antigas oficinas de tratamento químico e edifícios do antigo perímetro mineiro da Urgeiriça.

M  
→  
L.



OTQ – Oficina de Tratamento Químico, Urgeirica.

Os principais trabalhos a realizar, entre os demais previstos no projeto de execução, são os seguintes:

- A descontaminação do solo e subsolo no interior e envolventes das Antigas Oficinas de Tratamento Químico e Edifícios do Antigo Perímetro Mineiro;
- A limpeza e descontaminação das estruturas e equipamentos contaminados existentes no interior das Antigas Oficinas de Tratamento Químico e Edifícios do Antigo Perímetro Mineiro;
- O reforço e adequação das condições estruturais das Antigas Oficinas de Tratamento Químico e Edifícios do Antigo Perímetro Mineiro em resultado das ações de descontaminação.

Este concurso teve por resultado a adjudicação da empreitada, em 8 de novembro de 2016.

- **No que respeita à antiga área mineira de S. Domingos**, referente a antiga exploração de sulfuretos polimetálicos, foi lançado o concurso público para execução da empreitada dos trabalhos de recuperação ambiental da Fase 1, publicado, em 15 de setembro de 2016, tendo a decisão de adjudicação vindo a ser tomada no início de 2017.

Estes trabalhos têm como principal objetivo o aproveitamento da antiga rede artificial de canais existente, de escoamento de águas pluviais e de escorrência das

zonas envolventes da margem direita da área mineira, e da Barragem da Tapada Grande, visando a sua recolha, condução, interceção e desvio do leito contaminado da ribeira de S. Domingos, garantindo o seu transporte para jusante do Açude da Portela de S. Bento.

As soluções de recuperação do sistema de canais da margem direita da antiga área mineira de São Domingos assentaram nos seguintes princípios:

- Redução substancial das escorrências das águas pluviais para o leito da ribeira no troço em estudo, onde ocorrem depósitos e resíduos contaminantes, e na separação das águas limpas e águas contaminadas, desviando as águas limpas para jusante do Açude da Portela de S. Bento;
- Captação e capacidade de escoamento dos canais até caudais de ponta com um período de retorno cinquentenário ( $T=50$  anos);
- Condução através dos canais dos caudais descarregados a partir da albufeira da Tapada Grande até valores correspondentes ao período de retorno cinquentenário ( $Q_{50}= 10 \text{ m}^3/\text{s}$ ) e no amortecimento dos caudais de cheia superiores em bacias de retenção e de derivação a montante das áreas contaminadas, a fim de se assegurar a não destruição das estruturas de jusante;
- Segurança ambiental das soluções propostas.

Dando continuidade à recuperação desta antiga área mineira de S. Domingos, já foi também candidatado ao financiamento do POSEUR, no final de 2016, o projeto para a fase 2 daquela intervenção, a qual consistirá na Obras de Recuperação do Sistema de Canais de Recolha de Águas de Escorrência Superficial da Margem Esquerda.

Com esta segunda fase completa-se a intervenção de recuperação do sistema de canais de recolha de águas de escorrência superficial, nas duas margens.

Designadamente, alcançar-se-á a concretização de um duplo sistema de canais, da margem esquerda e da margem direita, o que consubstanciará um passo fundamental na gestão e separação das águas limpas das duas margens do vale da antiga área mineira de São Domingos, passando a diminuir-se significativamente o caudal de percolação hídrica nas escombreyras, e a poder gerir-se separadamente, as águas ácidas geradas ao longo do vale interno do complexo mineiro.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'M' at the top and a more complex signature below it.



Mina de S. Domingos.

Em S. Domingos, também se deu continuidade aos trabalhos de levantamento topográfico de detalhe de toda a antiga área mineira e aos trabalhos de elaboração do plano diretor, os quais passaram pela caracterização do estado atual, desenvolvimento de soluções conceptuais de gestão, confinamento de resíduos mineiros e solos contaminados, bem como a definição do modo de gestão e tratamento de águas ácidas e águas pluviais e o faseamento adequado das intervenções de recuperação ambiental da área mineira.

Ainda no que respeita à intervenção nesta área mineira, assinala-se o fornecimento e instalação de uma estação meteorológica e udómetros nas escombrelas, e concluíram-se os procedimentos de contratação pública com vista à implementação de um plano de monitorização de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, assim como de um plano de controlo hidrológico, isto para além da contratação de serviços para a realização de sondagens para recolha de amostras de solos, nas escombrelas e materiais contaminados para caracterização analítica desta área mineira e os respetivos serviços de análises laboratoriais destes elementos.

Handwritten signature or initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

- **Nas antigas áreas mineiras de Castelejo, Formiça, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães,** concluiu-se o processo de concurso público para a realização da empreitada, em comum, das obras de recuperação ambiental.

Face à obtenção, em 21 de dezembro de 2016, do visto prévio do Tribunal de Contas, a empreitada veio a ser consignada no início de 2017.

Estas obras têm como objetivo principal proceder à recuperação de passivos ambientais de minas abandonadas através da remoção e confinamento técnico de escombrelas de resíduos mineiros e recuperação paisagística das áreas intervencionadas.

No âmbito desta intervenção foram também desenvolvidos e os processos de contratação de Fiscalização de Obra, contratação de Fiscalização de Ambiente e Coordenação de Segurança em Obra, bem como de execução de ensaios geofísicos e levantamento de perfis de prospeção geoelectrica.



antiga mina de Castelejo.

- **Quanto à antiga área mineira de Mondego Sul,** justifica-se uma referência ao esforço realizado de preparação técnica do projeto e de candidatura ao POSEUR, a qual foi efetivamente concretizada em 2016

Espera-se, a todo o momento, a aprovação do financiamento desta candidatura, o que possibilitará o imediato lançamento do procedimento de concurso público para a execução das obras previstas por empreitada.

Esta intervenção visará, no essencial, o acondicionamento e selagem técnica dos materiais de escombreira, que se encontram depositados em redor da corta de exploração, compreendendo trabalhos de desarborização, melhoria dos caminhos de acesso provisório, construção de sistemas de drenagem múltiplos, remoção e deposição dos materiais das escombreiras envolventes na escombreira principal, construção de uma vala de desvio hidráulico e bacias de retenção de águas (fase de obra) e instalação de inclinómetros e marcas topográficas para monitorização e controlo pós-obra.

Proceder-se-á ao reperfilamento e proteção da escombreira principal, mediante a construção de um sistema de cobertura composto por material de carácter argiloso, sobre a qual será instalada adicionalmente uma camada de material drenante e terra de suporte ao coberto vegetal.

Será mantida a corta com água no seu interior, promovendo, paralelamente, a realização de medidas que concorram para a estabilização dos taludes instáveis, com recurso a saneamento e reperfilamento, pregagens pontuais, desmatação e limpeza e redes de proteção estáticas e dinâmicas e, eventualmente, betão projetado armado com rede electrossoldada.

Esta área mineira, com as suas escombreiras e corta inundada, situa-se contígua à albufeira de águas públicas de Aguieira.



Corta inundada e escombreira da antiga mina de Mondego Sul.

## *Trabalhos de Monitorização e Manutenção*

Na área dos radioativos, no período, deu-se continuidade aos trabalhos plurianuais de monitorização do meio hídrico, e de realização de análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas, análises em detetores de dosímetros de sítio, e realizaram-se as ações de descontaminação das águas de mina, assinalando-se, entre outros trabalhos:

- Realização da Empreitada de Trabalhos Complementares de Segurança e Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira do Vale da Abrutiga.
- Realização da Empreitada de construção do tratamento passivo complementar do sistema de tratamento de águas mineiras da Área Mineira da Cunha Baixa.
- Fornecimento e colocação de canal de drenagem de águas pluviais na Antiga Fábrica de Rádio do Barracão.
- Realização dos trabalhos de abertura de valas técnicas para reposição de cabo elétrico de alimentação à bombagem do Poço Mestre na área mineira da Bica.

No âmbito da monitorização das antigas áreas mineiras de minérios polimetálicos foram realizadas as seguintes ações de monitorização:

- Monitorização pontual da qualidade das águas das áreas mineiras de Covas, Lousal e Aljustrel.
- Realização de trabalhos de beneficiação do poço de bombagem junto à ribeira na área mineira de Lousal.



Monitorização

### *Intervenções Complementares*

Além das acima referenciadas, no ano de 2016, a EDM interveio ainda em outras situações, de que se destacam as seguintes:

- Realização da Empreitada de trabalhos de segurança nas áreas mineiras de Ladeira das Vinhas, Segura e Serra de Bois.
- Implementação de vedações de segurança em poços e galerias desprotegidas e instalação de Placas sinaléticas de alerta para poços e galerias desprotegidas na antiga área mineira de Mata da Rainha.
- Reparação de vedações e substituição de fechaduras dos portões da antiga área mineira de Aljustrel.
- Fornecimento e instalação de 32 placas de sinalização de segurança nas antigas áreas mineiras de Aljustrel e Lousal.
- Realização de limpeza de galerias e enchimento de poços nas áreas mineiras de Pousadela, Regoufe e Rio de Frades.
- Selagem de poço, após abatimento, na antiga área mineira de Argozelo.

### *Sustentabilidade Territorial:*

Em 2016, na segunda metade do ano, foi redefinida a estratégia da empresa no sentido de colocar ao serviço das comunidades locais as áreas mineiras recuperadas ambientalmente.

Assim, procura-se estabelecer entendimentos enquadradores com os municípios das áreas abrangidas, mediante Acordos de Parceria, os quais visam a valorização cultural, turística, geológica e mineira das áreas recuperadas.

Com base nesse enquadramento, admite-se a cedência de áreas e equipamentos a autarquias locais e a associações locais, mediante protocolo específico, para usos de interesse público.

Tendo em conta as intervenções da EDM foram já estabelecidos Acordos de Parceria com os municípios de Mértola, Nelas, Gondomar, e, Gouveia.



*Assinatura de protocolos em Mangualde*

M  
M  
L.

## *Investigação e Desenvolvimento*

Durante 2016 a Unidade Ambiental esteve diretamente envolvida nos seguintes projetos:

- *ENVIREE*, Iniciado em 2015 e que terminará em 2017.
- *Life NoWaste*, Iniciado em 2016 e que terminará em 2019.

Ainda neste âmbito foi submetida candidatura ao Projeto PANORAMA no qual a EDM está como entidade parceira.

A EDM colaborou ainda com instituições Universitárias, a diverso título, nomeadamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa; o Departamento de Geociências / Universidade de Aveiro; o Instituto Superior de Agronomia / Universidade de Lisboa.

Por outro lado, registaram-se participações de representação da EDM em iniciativas de formação, informação, debate e esclarecimento, de que se podem nomear as seguintes:

- "Potential *recovery* of mineral resources from mining tailings of abandoned mines in Portugal"- 3rd International Symposium on Enhanced Landfill Mining, Lisboa;
- "*Remediação* Ambiental das Minas de Prado Velho, Forte Velho e Antiga Fábrica do Barracão. Do Projeto de Execução à concretização das obras". 15.º CNG Congresso Nacional de Geotecnia e 8.º Congresso Luso-Brasileiro de Geotecnia, Porto;
- "*Environmental* Reclamation of Old Mining Areas in Portugal: Best practices and challenges in mining waste management", Exchange of best practices on mining policies and technologies: challenges in the current state of the global economy, Bruxelas;
- Participação na "International Mine Water Association Annual Conference 2016, Mining meets Water – Conflicts and Solutions", Leipzig com 3 comunicações: "Passive Treatment of Radioactive Mine Water in Urgeiriça Uranium Mine, "Water Resources Monitoring and Mine Water

Control in Portuguese Old Uranium Mines e “Environmental Remediation of Abandoned Mines in Portugal – Balance of 15 Years of Activity and New Perspectives “.

- “Mesa redonda: Património, turismo e desenvolvimento sustentável: que futuro para um território no Baixo Alentejo”, 3.ªs Jornadas Interdisciplinares Mina de São Domingos, Minas, Tecnologias e Educação: Convergências, Mina de São Domingos, Mértola, Portugal.

### 3.2. No domínio dos recursos mineiros

A atividade da EDM no domínio dos recursos mineiros durante 2016 foi marcada por uma alteração de prioridades e consequente redirecionamento de muitos dos projetos, ao mesmo tempo que se prosseguiu a procura de parceiros para os projetos de prospeção e pesquisa.

A alteração da estratégia de prospeção mineira teve como principais objetivos tornar os atuais projetos de prospeção mais atrativos a investidores internacionais. Assim deu-se início a uma avaliação geral e todos os alvos geológicos, de modo a serem investigados com recursos a sondagens carotadas, situação considerada como indispensável pela maioria dos investidores nesta indústria.

#### *Prospeção e Pesquisa*

##### Elaboração de um Portefólio de Oportunidades

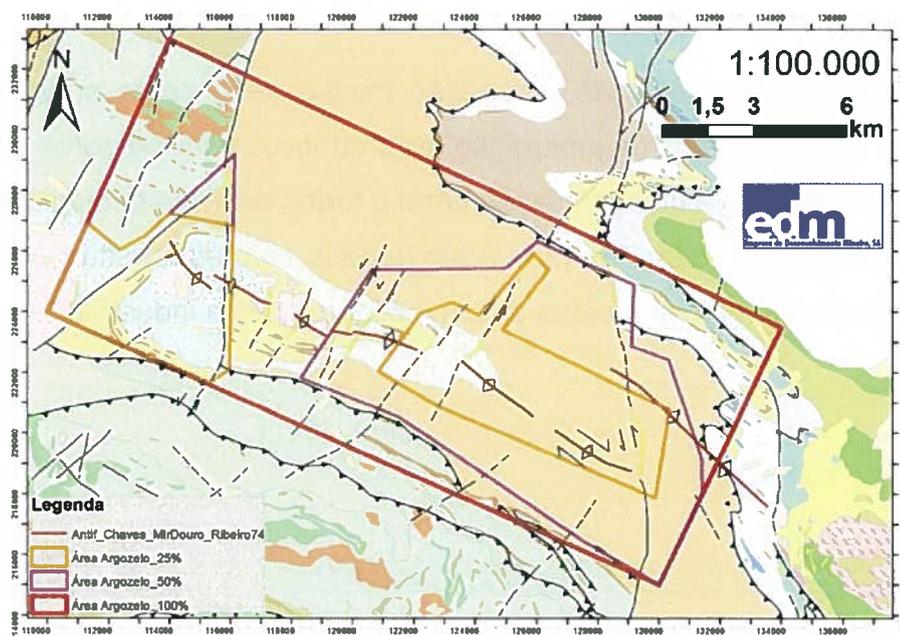
Em outubro de 2016, a EDM iniciou o processo relativo à criação de um portefólio de oportunidades, cujo principal objetivo é a definição de um conjunto de projetos, que deverão servir de base a pedidos de prospeção e pesquisa, e que simultaneamente permitirão a comercializar esta informação, junto de potenciais investidores no setor.

Numa primeira fase foi criada uma estrutura de escalonamento de prioridades com classificações e acções temporais. Posteriormente a EDM iniciou o procedimento de classificação de alguns dos alvos mineiros com a complementação de

informação de carácter geológica e devidamente georreferenciada, num sistema de informação geográfica.

### Argozelo

O contrato da área de prospeção e pesquisa de Argozelo para depósitos de estanho, volfrâmio, ouro, prata, cobre e sulfuretos associados foi celebrado com o Estado português em 5 de dezembro de 2011. Esta área estende-se por 211 km<sup>2</sup> na região de Bragança-Vimioso e abrange, entre outras, as antigas minas de Argozelo, Ribeira e Paredes. O contrato da área teve término, a 5 de dezembro de 2016, depois do segundo ano de prorrogação.



*Evolução da área de prospeção e pesquisa de Argozelo. A vermelho – área de prospeção nos primeiros 3 anos de contrato. A roxo – área de prospeção (50% da inicial) após a 1ª prorrogação de 1 ano do contrato de prospeção. A laranja – área de prospeção (25% da inicial) após a 2ª prorrogação de 1 ano do contrato de prospeção.*

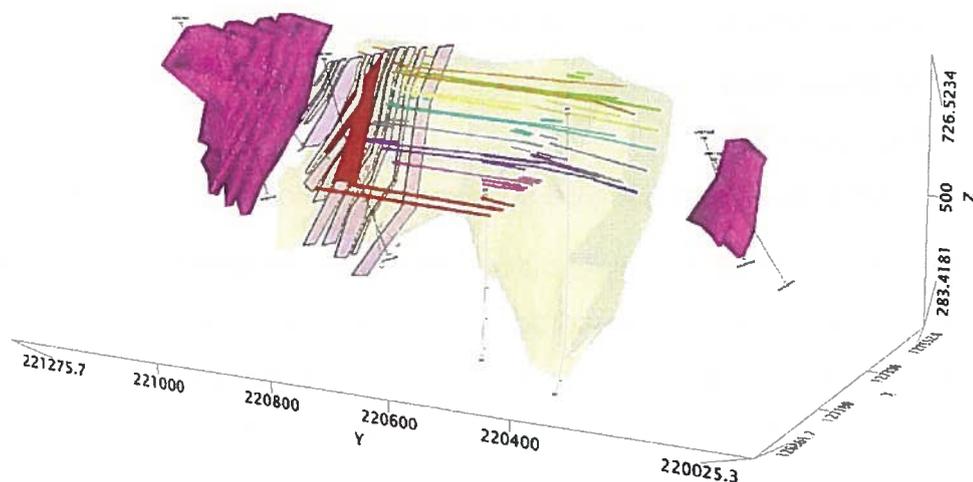
No decorrer de 2016 cumpriram-se as atividades estipuladas contratualmente para o segundo período de prorrogação:

- Processamento físico dos testemunhos das 9 sondagens realizadas no sector de Argozelo e Candedo, incluindo rastreamento efetuado com luz ultravioleta para identificação de mineralizações scheelíticas;

- Descrição dos logs geológicos das 9 sondagens realizadas e amostragem das estruturas mineralizadas para análise geoquímica;
- Petrografia de amostras mineralizadas;
- Reinterpretação dos resultados obtidos pelo método geofísico (geoeléctrica) em Argozelo e Candedo com base na informação dos logs das 9 sondagens realizadas;
- Modelação da informação geológica coligida das 9 sondagens em software Target (Geosoft);
- Tratamento estatístico e interpretação detalhada dos dados geoquímicos das amostras de sondagem associados às estruturas mineralizadas intercetadas em Argozelo.
- Cartografia geológica de detalhe em sectores evidenciados pelos reconhecimentos geológicos regionais como potencialmente favoráveis para conterem mineralização (Pica Porcos/Cabeço de Sardão e Casas);

Os principais resultados alcançados consistem em:

- Interceção de intervalos mineralizados ao longo das sondagens com aumento das espessuras e dos teores em profundidade.
- Os sectores norte e centro-norte revelaram também a existência de filões mineralizados a teto dos filões explorados continuando estes a ocorrer em profundidades equivalentes e superiores à do piso 8, contribuindo assim para o aumento da dimensão do pacote filoniano antigo explorado na antiga mina de Argozelo para Oeste, Norte e em profundidade.
- O sector sul revela intersecção de algumas estruturas mineralizadas e de vastos halos de alteração hidrotermal.



Modelação 3D do envelope de mineralização das minas de Argozelo, extensões laterais e em profundidade da zona filoniana. De notar que estas zonas se unem entre si definindo novos envelopes mineralizados, para além dos explorados.

*MS*  
*LP*

Em dezembro de 2016, a EDM requereu à DGEG um novo período, para realização dos trabalhos de prospeção e pesquisa, de cinco anos, de modo a poder completar os trabalhos realizados até ao momento, e de forma comprovar, não só as dimensões das massas identificadas, bem como da respetiva viabilidade económica da exploração. No ano de 2016, os investimentos realizados ascenderam a 140.660,17 €.

### Escádea Grande

O contrato MN/PP/009/14 atribui os direitos de prospeção e pesquisa de minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, antimónio e volfrâmio, celebrado com a DGEG no dia 23 de Setembro de 2014 para uma área denominada Escádea Grande, nos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Arganil e Pedrogão Grande.

Durante o ano de 2016 desenvolveram-se trabalhos de reconhecimento e análise de informação correspondente a diversos sectores da área e, neste sentido, os principais trabalhos realizados foram os seguintes:

- Re-logging e amostragem de sondagens antigas de Vale Pião;
- Aquisição de nova informação relativamente a vários sectores da área e sua inserção e tratamento em formato digital;
- Avaliação do potencial de escombeiras;
- Detecção remota – interpretação de dados;
- Litogeoquímica – análise e interpretação de dados;
- Modelação 3D;
- Elaboração de um plano de sondagens para o setor da Escádea Grande.

Sublinha-se o facto de a avaliação do potencial de escombeiras e os trabalhos de detecção remota estarem enquadrados no apoio a realização de dissertações de mestrado desenvolvidas em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. A EDM apoia também uma dissertação de mestrado em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa com foco na caracterização mineralógica e analítica das mineralizações de Sn-W-(Au) de Vale Pião.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping letters that appear to be 'M', 'L', and 'L'.

Quanto aos principais resultados alcançados, estes reportam-se a:

- Identificação dos diversos tipos de estruturas portadoras de mineralização e reconhecimento de mineralizações em cassiterite, volframite e scheelite, bem como em sulfuretos, a partir do re-logging de sondagens antigas;
- Identificação de sectores potenciais associados a alinhamentos geológico-estruturais com direções preferenciais associadas a mineralizações, com base em dados de deteção remota;
- Estimação preliminar do potencial de Sn e W em escombeiras de Senhora da Guia e Vale Pião;
- Modelação 3D da estrutura aurífera da Escádea Grande e interpretação do seu comportamento em profundidade e nos seus prolongamentos;
- Modelação 3D de estruturas da Senhora da Guia.



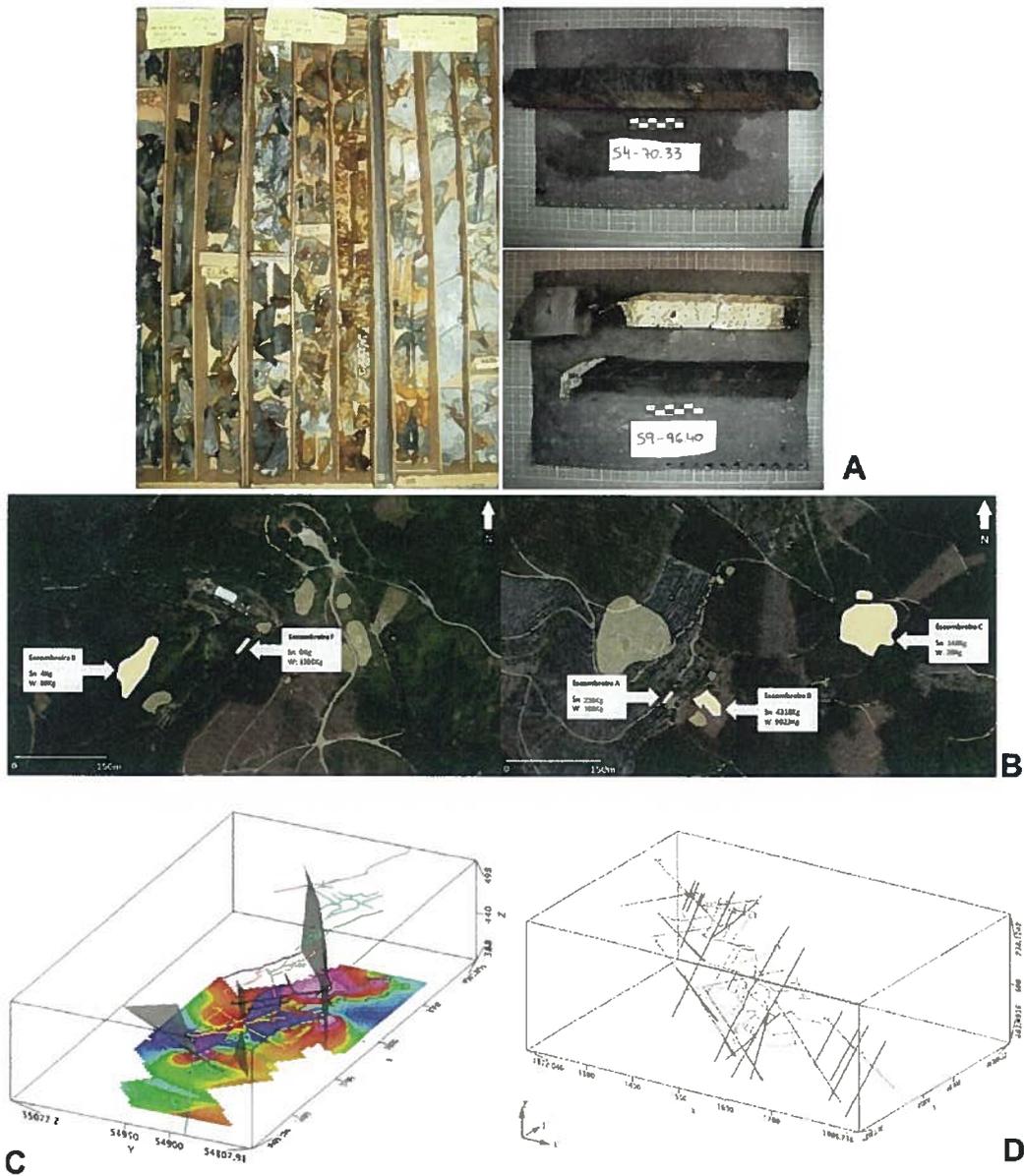


Figura 1 – Alguns dos trabalhos realizados: A – re-logging e amostragem de sondagens de Vale Pião; B – avaliação do potencial de escombreiras (Senhora da Guia à esquerda e Vale Pião à direita); C – Modelação 3D Senhora da Guia e D – Modelação 3D Escadía Grande

No ano de 2016, os investimentos realizados ascenderam 181.410,14 €.

### Rosário

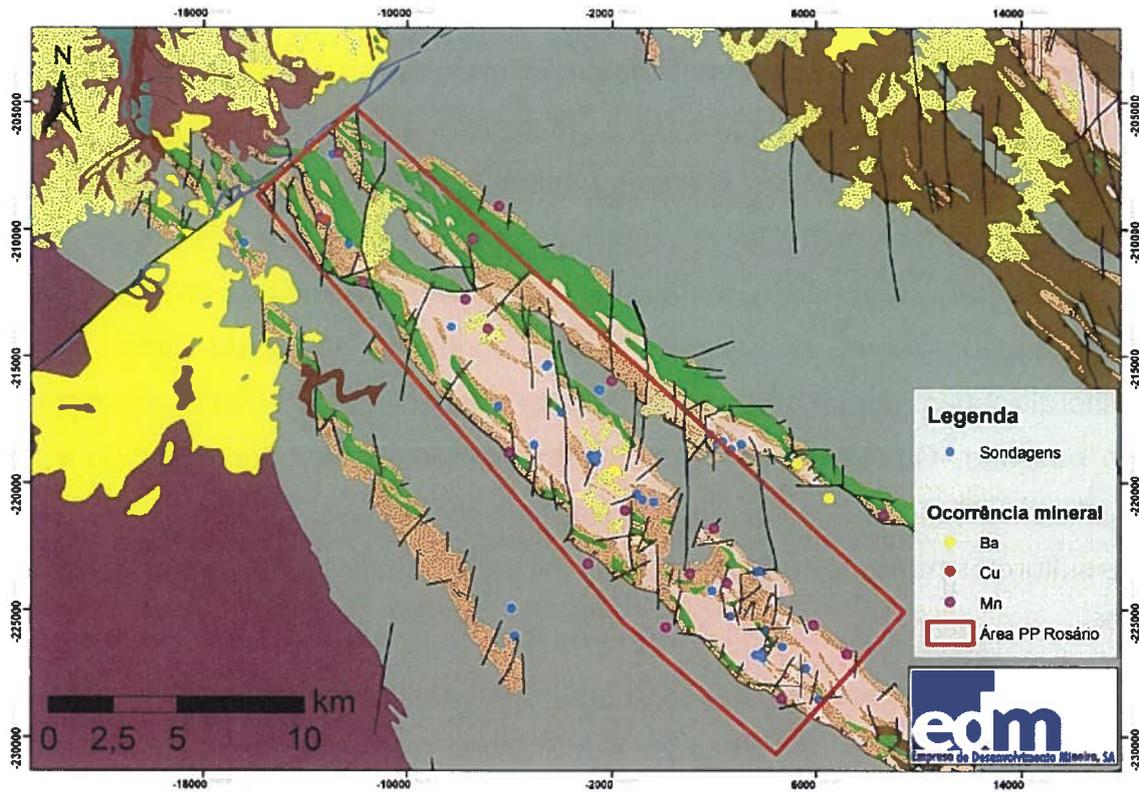
A empresa EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA detém os direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados, da área do Rosário. O contrato de prospeção e pesquisa foi assinado, em 23 de novembro de 2016, com o Estado Português. Contrato tem um período inicial de três anos, sendo passível de duas prorrogações anuais.

*Handwritten signature*

Esta área situa-se no sector central de uma das províncias metalogenéticas mais importantes do mundo de depósitos de sulfuretos maciços ricos em metais base, que é a Faixa Piritosa Ibérica (FPI). Esta área situa-se no baixo Alentejo, nos concelhos de Castro Verde, Ourique, Almodôvar e Aljustrel, distrito de Beja. A área de prospeção e pesquisa tem uma orientação geral NW-SE e estende-se ao longo de 202,5 km<sup>2</sup>, tendo a SE a mina de Neves Corvo alongando-se até à falha da Messejana, situada no extremo NW. Conhecem-se nesta área inúmeras mineralizações de manganês que pela sua dimensão foram motivo de exploração no passado. Outras pequenas ocorrências minerais de bário, chumbo e cobre também estão identificadas na área. No limite NW da área situa-se a mineralização de sulfuretos maciços do Montinho que foi explorada na primeira metade do século XX.

Diversas campanhas de prospeção foram efetuadas sobre esta área, tal como se verifica nos sectores da FPI onde o CVS aflora. Nestas campanhas efetuaram-se levantamentos geológicos regionais bem como levantamentos geofísicos e geoquímicos regionais e de detalhe que definiram diversas anomalias. Foram também realizadas diversas sondagens mecânicas com profundidade variável. Na zona a SE da área do Rosário foram efetuados levantamentos de sísmica que permitiram definir a estrutura geológica em profundidade.

M  
A  
L



*Ocorrências minerais da área e localização de sondagens em fundo geológico.*

A reinterpretação da informação disponível à luz dos recentes conhecimentos desenvolvidos para este sector da FPI tendo também em consideração os dados recentes sobre a geologia da mina de Neves Corvo, associada à realização de novos levantamentos geofísicos (levantamentos VTEM já realizados), bem como a execução de cartografia geológica de detalhe em sectores chave da área permitirão identificar e seleccionar alvos para serem investigados através de sondagens mecânicas profundas nos três anos de período inicial do contrato.

Dada a curta duração do projeto, em virtude da assinatura realizada no final do mês de novembro, apenas foi realizado um investimento de 8.679,27 €.

[Joint Venture ESAN/EDM \(áreas de Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças\)](#)

A EDM SA, lançou um procedimento concursal com vista à constituição de uma parceria para o desenvolvimento da atividade de prospeção e pesquisa de depósitos minerais metálicos para as áreas de Monte das Mesas, Alcácer e São

*Handwritten signature*

Pedro das Cabeças. No seguimento desse procedimento que terminou em Setembro de 2015 foi encontrado um novo parceiro (ESANMET) para o desenvolvimento dos trabalhos previstos. A assinatura de um Acordo de Desenvolvimento Conjunto entre a EDM e a ESAN, no qual se encontram abrangidas as áreas de Monte das Mesas, São Pedro das Cabeças e de Alcácer, ocorreu em Fevereiro de 2016. Pretende-se assim dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos na área de Monte das Mesas e iniciar os trabalhos nas áreas de Alcácer e São Pedro das Cabeças e para isso foi realizado novos levantamentos geofísicos (VTEM) nas áreas mencionadas, o que estava de acordo com as obrigações contempladas no contrato de prospeção e pesquisa.



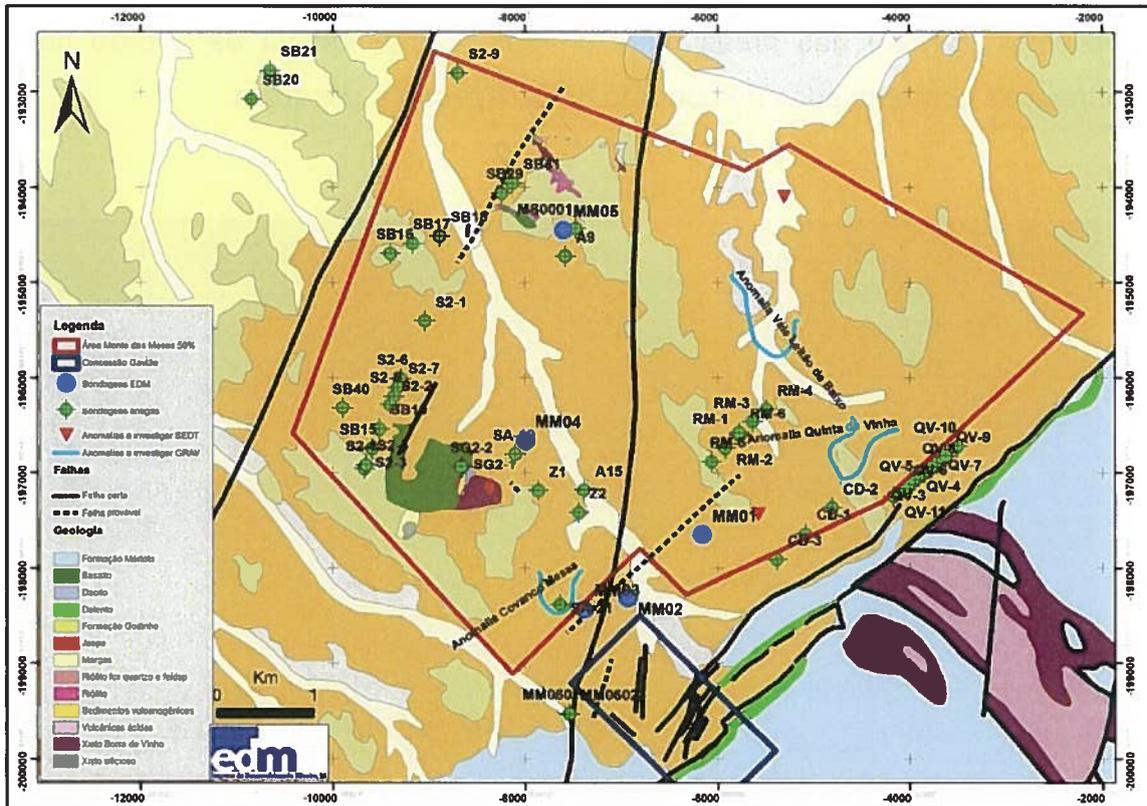
*Trabalhos de campo com recurso ao equipamento de prospeção geofísica V-TEM aerotransportado*

No âmbito do contrato realizado com a ESAN, a EDM dispõe de 15% deste consórcio, tendo contratualmente sido definido que o investimento a realizar pela ESAN é no valor de 7,6 milhões de euros, os quais são correspondentes à sua cota no consórcio.

O contrato de prospeção e pesquisa da área de Monte das Mesas celebrado em Julho de 2012 com o Estado refere-se a uma área com 58,6 km<sup>2</sup>, localizada a noroeste de Aljustrel, na faixa Piritosa Ibérica e que visa, essencialmente, minerais

M  
L.

de Cu, Pb e Zn. O enquadramento geoestrutural favorável à ocorrência de sulfuretos maciços polimetálicos, assim como a existência de anomalias geofísicas detetadas durante as várias campanhas de prospeção realizadas, levou a um aumento de interesse nesta área, razão pela qual se pretendeu conhecer melhor a zona a NNW da concessão do Gavião e consequentemente, o seu potencial para existência de massas mineralizadas.



*Geologia geral da área de Gavião-Monte das Mesas com a projeção da localização das sondagens e anomalias geofísicas.*

O contrato de prospeção e pesquisa, relativo à área de Alcácer, foi assinado a 23 de novembro de 2016 entre a ESANMET e o Estado Português. Trata-se de uma área com uma superfície de 344,33 km<sup>2</sup>, localizada nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, distrito de Setúbal. A geologia de superfície que se observa nesta área é dominada por uma cobertura de sedimentos de idade terciária com espessura variável sobre rochas Paleozoicas da Faixa Piritosa Ibérica (FPI).

O contrato de prospeção e pesquisa, relativo à área de São Pedro das Cabeças, foi assinado a 23 de novembro de 2016 entre a ESANMET e o Estado Português.

Trata-se de uma área com uma superfície de 133,175 km<sup>2</sup>, e localizada nos concelhos de Castro Verde, Ourique e Aljustrel, distrito de Beja. O potencial desta área reside no facto de se localizar no antiforma de São Pedro das Cabeças, paralela ao antiforma de Neves Corvo-Rosário onde se localizam as Minas de Neves Corvo e diversas outras explorações históricas para cobre e manganês. A estrutura de São Pedro das Cabeças é pouco conhecida em profundidade tendo sido nela efetuadas apenas 7 sondagens mecânicas e onde se reconhecem algumas anomalias geofísicas que requerem uma investigação mais detalhada.

Fruto do modelo de consórcio aplicado e das condições contratuais do mesmo, a EDM não realizou qualquer investimento nestes projetos. O volume de investimentos efetuados pelo Consórcio no decorrer do ano de 2016 nestas três áreas ultrapassou os 500.000 €, sendo de destacar a campanha de geofísica com recursos ao V-TEM aerotransportado, do qual ainda se aguardam os resultados definitos e relativos à segunda reinterpretação dos dados.

### Lagoa Salgada

O projeto Lagoa Salgada desenvolve-se numa área com cerca de 133 km<sup>2</sup> localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo. Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande potencial para conter mineralizações. Este depósito integra-se em rochas paleozóicas da Faixa Piritosa Ibérica que aqui se encontra coberta por sedimentos arenosos de idade terciária.

A participação da EDM neste projeto resulta de uma parceria estabelecida em Setembro de 2013 com a empresa Redcorp. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve investimentos, mas apenas acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar, situação que foi cumprida no decorrer do ano de 2016.

Para além destes trabalhos, a EDM procedeu, igualmente ao acompanhamento técnico e coordenação de uma tese de mestrado, em parceria com o Instituto Superior Técnico, denominada “Avaliação dos Recursos Mineiros do Sector NW do Jazigo de Lagoa Salgada – Um Contributo da Simulação Geoestatística.

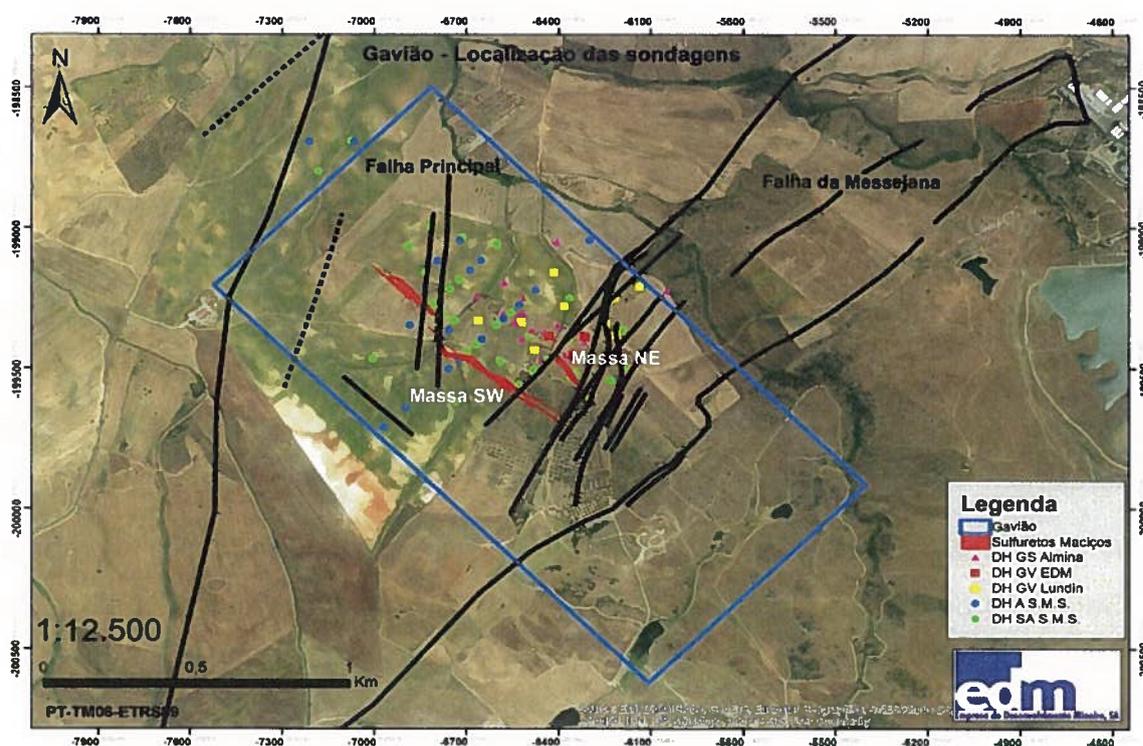
A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, located in the bottom right corner of the page.

Dada a natureza deste consórcio, a EDM não suportou qualquer investimento realizado, tendo, os mesmos, sido assegurados pelo parceiro.

## Avaliação e Exploração Mineira

### Gavião

O depósito mineral de sulfuretos maciços do Gavião localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica, sob cobertura terciária, a cerca de 3 km a oeste de Aljustrel. É alvo de uma concessão mineira detida na totalidade pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado com o Estado em 15 de Julho de 1992. Em 5 de julho de 2012 foi assinado um contrato de consórcio com a Almina – Minas do Alentejo, SA, com vista a desenvolver o projeto e determinar a viabilidade económica da exploração do jazigo do Gavião, partilhando assim, os riscos associados aos investimentos passados (EDM) e futuros (Almina).



Localização de sondagens e massas mineralizadas do Gavião



A EDM encontra-se nesta fase a discutir com a Almina a continuidade dos trabalhos de valorização e devidamente enquadrados no respeito das condições definidas no contrato de consórcio.

### Semblana

Em 2005 foi estabelecido com a Somincor um “**Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais**”, válido por um período de 10 anos, o qual conferia à EDM o direito à detenção de 15% nos jazigos que a Somincor venha, eventualmente, a descobrir na Faixa Piritosa Alentejana em contratos de prospeção fora do couto mineiro de Neves-Corvo.

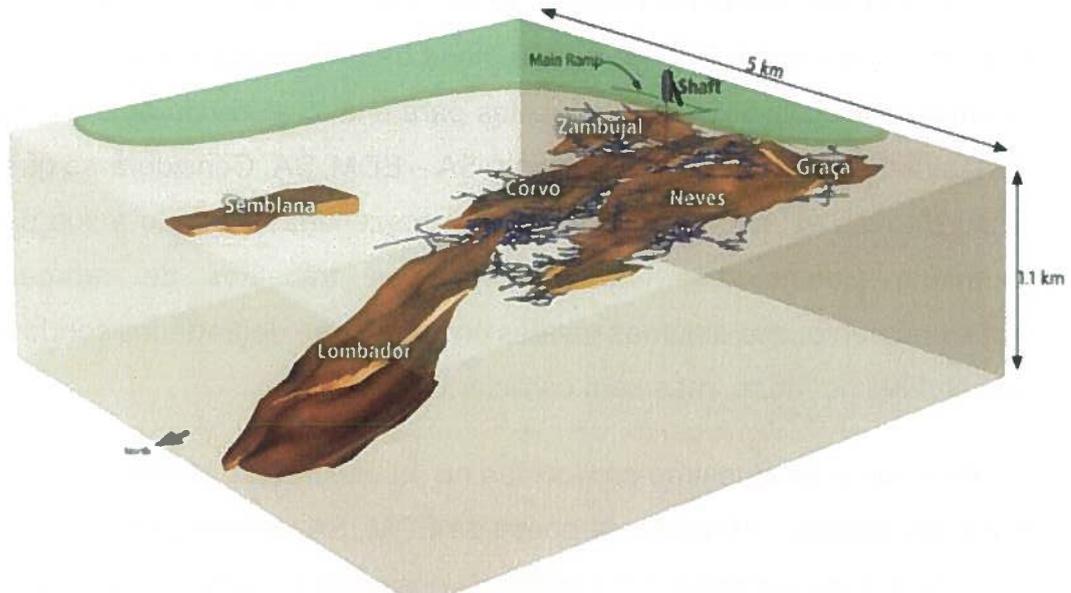
Os trabalhos desenvolvidos autonomamente pela Somincor levaram à identificação da massa mineral da Semblana que se perspectiva ser um forte ativo mineiro.

Em 1 de julho de 2014, a EDM exerceu os seus direitos de participação em 15% no desenvolvimento do projeto Semblana.

Durante o ano de 2016 a Somincor continuou a desenvolver estudos enquadradores para a realização de trabalhos subterrâneos conducentes a um aprofundamento do conhecimento desta massa mineral, com vista à respetiva exploração. É de salientar que todas as limitações técnicas e económicas, decorrentes da baixa cotação do minério de cobre, foram e continuação a ser, condicionadores da velocidade de desenvolvimento deste mesmo projeto.

Tendo em conta o condicionalismo do acordo existente com a Somincor, os custos de investimentos a realizar nesta fase, serão todos os eles da responsabilidade desta mesma empresa.

A handwritten signature in blue ink is located on the right side of the page, partially overlapping the footer area. The signature is stylized and appears to be a personal name.



*Localização da massa da Semblana*

### Gralheira

O contrato de Concessão Experimental CE-106 denominado Jales-Gralheira, celebrado com o consórcio Almada Mining, SA e a EDM, SA a 31 de julho de 2012 foi extinto por caducidade, sendo a decisão tornada pública em Diário da República a 9 de março de 2016, situação semelhante com o contrato de prospeção e pesquisa, assinado na mesma data, e que envolvia a área do contrato de exploração experimental.

Em Março de 2016 a DGEG emitiu um pedido de salvaguarda da informação relativa aos contratos CE-106 e MN/PP/032/12, nomeadamente a manutenção do bom estado dos testemunhos de sondagem e a guarda das amostras. No seguimento deste pedido, e procedendo em conformidade com o solicitado, a EDM celebrou três contratos de arrendamento correspondentes aos armazéns em Campo de Jales (Armazém Central, Armazém das Minas e Armazém das Locomotivas) que albergam os testemunhos de sondagens das várias campanhas realizadas em Jales-Gralheira. Uma vez que se encontravam 36 paletes com caixas de sondagens no exterior dos armazéns, e para a sua salvaguarda, procedeu-se à sua desmobilização para o interior dos armazéns Central e das Minas e efetuou-se também a mudança das fechaduras dos três imóveis.

O Armazém das Minas encontra-se totalmente ocupado por caixas de sondagem, enquanto o Armazém Central dispõe ainda de espaço para receber os sacos com as amostras recolhidas e não enviadas para o laboratório durante o projeto Jales-Gralheira do consórcio Almada Mining, SA – EDM, SA. Considera-se que as caixas de sondagens estão convenientemente armazenadas estando a sua salvaguarda garantida. Constatou-se, no decorrer dos trabalhos de reorganização e armazenamento, que algumas paletes encontram-se degradadas sendo necessário substituí-las no futuro, mas sem carácter urgente.

Relativamente às amostras produzidas no âmbito destes projetos e que ainda não foram analisadas, 440 estão na posse da EDM, SA, encontrando-se armazenadas em Lisboa, e as restantes 1214 estão na posse da Almada Mining, SA.

## *Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos*

### Investigação e Desenvolvimento

#### **Projeto Vamos**

Contribuindo para o desenvolvimento e inovação no setor dos recursos minerais, durante 2016 deu-se continuidade ao acompanhamento do projecto **VAMOS – Viable and Alternative Mine Operating System**, no qual a EDM é parceira e cujo financiamento decorre do programa H2020 para promoção da investigação e inovação europeia. Em abril de 2016 realizou-se em S. Domingos um Workshop intitulado *Minas Abandonadas da Faixa Piritosa Ibérica: que futuro?*, cuja organização foi apoiada pela EDM, SA. No âmbito deste projeto a EDM acompanhou o desenrolar dos trabalhos dos restantes parceiros, tendo em conta as futuras *tasks*, cuja responsabilidade cairá sobre a EDM.

#### **Projeto UNEXMIN**

No âmbito do mesmo programa de financiamento deu-se continuidade ao acompanhamento do projeto **UNEXMIN – Autonomous Underwater Explorer for**

MS  
M  
L.

**Flooded Mines** que prevê o desenvolvimento de um sistema robótico para a exploração e cartografia de minas europeias inundadas. No ano de 2016 não foram realizadas ações no que respeita ao desenvolvimento do projeto, embora esteja previsto que alguns dos testes dos protótipos desenvolvidos sejam realizados na antiga mina da Urgeiriça, no ano de 2018.

A EDM acompanhou o desenrolar dos trabalhos dos restantes parceiros, tendo em conta as futuras “tasks”, cuja responsabilidade cairá sobre a empresa.

### **Projetos PTW Biotools**

Em Agosto de 2016 a EDM aderiu ao projeto PTWBiotools, tendo já participado em algumas ações, relacionadas com a seleção e recolha de amostras de minérios de tungsténio, isto em conformidade com o que se encontrava contratualizado.

### **BIOCRITICALMETALS**

A EDM tem continuado a participar neste projeto, sendo a mesma enquadrado com os aspetos de aconselhamento e seleção de amostras de escombrelas de antigas minas de volfrâmio.

### Roteiro de Minas

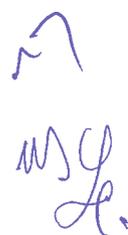
O “Roteiro das minas e locais de interesse mineiro e geológico de Portugal”, no quadro dos objetivos definidos – (1) contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro; (2) promover o conhecimento científico sobre a atividade; e (3) melhorar a imagem da atividade mineira junto da sociedade em geral - desenvolveu ao longo do ano de 2016 a sua atividade de acordo com o plano de trabalhos estabelecido e no quadro dos recursos disponíveis, cujas principais áreas de atuação são abaixo sinteticamente apresentadas.



O ROTEIRO conta presentemente com 32 Parceiros dos mais diversos enquadramentos institucionais, 35 Locais e 123 Pontos de interesse mineiro e geológico, passíveis de visitação segundo os critérios definidos.

Ao longo do ano podemos realçar as seguintes atividades desenvolvidas pela equipa do projeto em colaboração com os Parceiros:

- **Nova plataforma informática:** A fim de dar resposta às dificuldades de utilização há muito sentidas e à necessidade de ultrapassar o layout desatualizado da plataforma web do ROTEIRO, realizaram-se os trabalhos de desenvolvimento da nova plataforma com o apoio de uma empresa externa;
- **Identificação de novos Parceiros:** No decorrer do período em análise mantiveram-se as visitas aos locais de potencial interesse tendo sido possível avançar com a adesão da Câmara Municipal de Montalegre / Ecomuseu do Barroso através do seu polo nas Minas da Borralha;
- **Encontro Anual de Parceiros 2016:** O Encontro Anual de Parceiros 2016 realizou-se na cidade do Porto, em colaboração com três entidades (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP, Instituto Superior Engenharia do Porto - ISEP e Faculdade de Ciências da Universidade do Porto - FCUP);
- **Semana dos Parceiros:** Realizou-se pela quinta vez a “Semana dos Parceiros durante a qual se desenvolveram mais de 60 atividades únicas, que foram divulgadas em simultâneo por diversos canais de informação locais e nacionais;
- **Guia “Serviços educativos e visitas escolares 2016-2017”:** Com o apoio dos Parceiros foi possível produzir um guia (versão e-book e versão papel de reduzida tiragem) onde se apresentaram as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar (alunos e professores) dos diversos níveis de ensino;
- **Colaboração com entidades externas** com destaque para a iniciativa da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, com a preparação de uma nova edição (papel) da publicação “Geologia e Minas a Norte de Portugal”, e da uma nova publicação do mesmo guia em francês, inglês, espanhol e alemão (a sair em 2017) e para a UTAD - Universidade de Trás os Montes e Alto Douro em que foi apoiada a implementação da 3ª edição do “Curso técnico de guias de património geológico e mineiro”.
- **Presença em feiras, congressos e seminários científicos:** Foram efetuadas diversas apresentações, distribuído material e garantida a presença do RollUp e/ou do painel do ROTEIRO em diversos eventos.



- **Outra comunicação formal:** No decorrer do último ano, prosseguindo a política de comunicação estabelecida, para além da FOLHA INFORMATIVA (interna), foram produzidas e divulgadas junto da mailing list do ROTEIRO três newsletters dedicadas às diversas comemorações do Dia de Santa Bárbara; ao lançamento do guia dos “Serviços Educativos e Visitas Escolares – ano letivo 2016/2017”; e ao novo *website* do ROTEIRO.

### Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”

Em 2012 foi iniciado um projeto de colaboração com as autoridades Moçambicanas, Direção Nacional de Geologia (DNG), que passava pelo financiamento e pelo lançamento de uma nova edição atualizada de um livro técnico com o título “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”, publicado pela primeira vez em 2004 apenas em versão inglesa, e cuja autoria é de um geólogo alemão, Siegfried Lächelt e cuja finalização se previa para 2015.

A gestão e financiamento deste projeto foi assumido em 2012 perante as entidades moçambicanas, de forma conjunta pela EDM e DGEG no âmbito do Protocolo entre as duas entidades sendo que por força de uma candidatura efetuada ao Banco de Desenvolvimento Africano, a EDM assinou um contrato de financiamento dessa entidade de 80.000€ para custear os encargos com o projeto.

No final de 2015 e início de 2016, o texto existente do livro foi totalmente revisto, tendo contado com a colaboração de vários técnicos da Direção Nacional de Geologia e Minas de Moçambique, cujos contributos foram incorporados e posteriormente e novamente alvo de uma nova revisão, tanto pelo autor como pela mesma equipa de técnicos moçambicanos.

No decorrer deste período, e já no final do ano de 2016, foi possível obter, igualmente, uma versão de trabalho do livro na língua portuguesa.

### **3.3. Ações no domínio da modernização e sustentabilidade**

No domínio da modernização e sustentabilidade da EDM, os objetivos a atingir são:

- garantir a adoção das modernas práticas de gestão que proporcionem tomadas de decisão atempadas e fundamentadas, maximizando o quadro de competências da empresa;
- promover o desenvolvimento de áreas de negócio que disponibilizem possibilidades de crescimento, simultaneamente propiciadores de sustentabilidade económica e financeira;
- garantir a otimização dos ativos da empresa.

Atentas as linhas de desenvolvimento definidas foram desenvolvidas as seguintes ações:

### *Estrutura e organização*

- Melhorou-se o sistema de gestão documental integrada, que incorpora os diversos setores da empresa, visando organizar e controlar a informação dentro da EDM;
- Iniciou-se a definição de um sistema de informação geográfica, ajustado às necessidades e dados de prospeção disponíveis (sondagens, geofísica, análises químicas, etc.), no sentido de permitir rápidas análises dos projetos;
- Iniciou-se a preparação de uma nova página de internet, capaz de responder aos novos desafios de comunicação, devidamente adaptada para plataformas móveis e com uma navegação mais amiga do utilizador, ao mesmo tempo que é capaz de disponibilizar mais informação e mais detalhada;
- Desenvolveram-se ações de reforço da vertente de comunicação das atividades da empresa junto dos órgãos da comunicação social e preparou-se um Plano de Comunicação e Informação que orientará todas as iniciativas neste domínio.

### *Capital Humano*

- Mantiveram-se as ações de valorização de competências através de formação contínua, servindo de base ao crescimento da empresa.

*Handwritten signature*

## Novas áreas de negócio

Na vertente de identificação de novas áreas de negócio, que permitam o aproveitamento das valências técnicas e humanas existentes na empresa iniciaram-se os trabalhos referentes aos seguintes dois domínios:

### – **Certificação de Uso de Solos**

A experiência e conhecimento técnico da EDM, neste tema, coloca-a num patamar de liderança para prestar serviços, nas suas mais variadas vertentes, aos proprietários dos terrenos, bem como às agências governamentais. Esta prestação de serviços poderá ir muito mais além do âmbito dos antigos solos mineiros, poderá ainda mais ser abrangido à quase totalidade dos solos existentes.

Com vista a colocar a EDM numa posição que vá mais além dos solos das antigas áreas mineiras, a EDM iniciou a preparação de um protocolo com o Instituto Superior de Agronomia, o que permitirá adquirir mais *know-how* técnico, reforçando desta forma a posição de liderança da empresa, face a eventuais concorrentes.

### – **Avaliação de Radão nos Edifícios**

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

A EDM tem uma larga experiência ao nível das soluções de construção com vista à mitigação dos efeitos do gás radão, fruto dos trabalhos realizados na zona centro e ao abrigo dos planos de recuperação de muitas antigas áreas mineiras.

A transposição da diretiva 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 para a legislação nacional, irá obrigar, a que muitas das construções existentes em Portugal, nomeadamente nas zonas norte e centro (áreas com a presentes de granitos), tenham a necessidade de serem avaliados do ponto de vista a concentração do radão, ao mesmo tempo, que se prevê que

Handwritten notes in blue ink, including the number '17' and a signature.

posteriormente, muitas destas mesmas construções, terão de ser alvo de intervenções construtivas com vista à minoração da concentração do gás radão, até aos limites máximos impostos pela legislação a aplicar (300 Bq/m<sup>3</sup>).

A EDM encontra-se numa posição privilegiado para intervir comercialmente neste futuro ramo de atividade, pelo que se iniciou a definição do modelo de intervenção a desenvolver, em função do futuro quadro legal a aplicar.

### *Stock de Urânio*

Finalmente uma referência às ações relacionadas com o importante ativo que é o **Stock de Urânio** que, por decisão do Estado, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho, foi transferido do LNEG para a EDM, e que a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança.

Este stock de concentrado de U3O8, que, à data, totaliza 198,5 toneladas (a mesma quantidade que foi transferida do LNEG), vem sendo objeto de visitas anuais de controlo, quer do EURATOM, quer da AIEA. A inspeção de 2016 foi realizada pela EURATOM, em 8 de setembro, e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas diferentes das que a EDM vem seguindo.

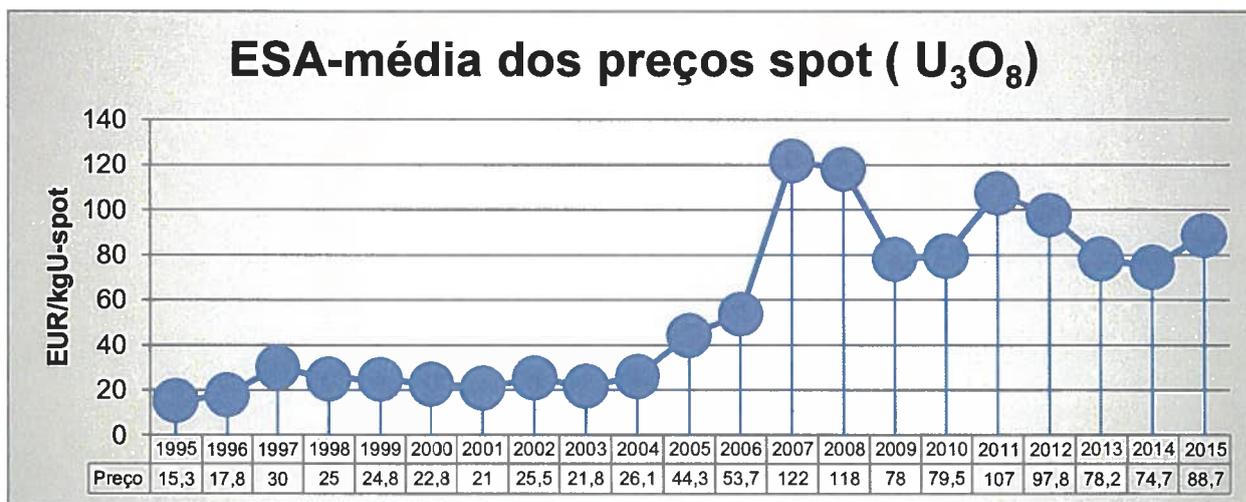
Durante o ano de 2016 manteve-se um acompanhamento rigoroso e sistemático das condições de segurança e de armazenagem do local onde está o stock de concentrado de U3O8, tendo ações de reforço físico do local sido concluídas em 2015.

O stock de urânio foi avaliado no ano da transferência, em 2012, através de um relatório de avaliação de um ROC independente sem interesse na sociedade, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com os artigos 7º e 23º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, relatório esse que foi aprovado pelo acionista através da Deliberação Social Unânime por escrito de 25 de março de 2013 (ata n.º 44 da AG) e registado contabilisticamente no ativo na conta de “Inventários”, por contrapartida de igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' and 'L' followed by a flourish.

Considerando a especificidade do produto, sujeito a regras e controlos formais de comercialização, e que não é objeto de “cotações” internacionais como outras “commodities” que possam servir de referencial, o relatório do ROC, datado de 27 de dezembro de 2012, avaliou o ativo de urânio através da “aplicação às quantidades existentes de um preço de mercado extraído das publicações especializadas neste tipo de produtos, nomeadamente com referência ao observatório de preços do EURATOM ([http://ec.europa.eu/euratom/observatory\\_price.html](http://ec.europa.eu/euratom/observatory_price.html)), considerando os preços spot”, critério que foi aprovado pela já referida DSU por escrito, e que conduziu à contabilização pelo valor de €13.731.185.

Considerando que se mantêm os pressupostos que justificaram o critério de avaliação aprovado e que, como se conclui pelo gráfico seguinte, o último “preço de mercado” (88,73€/kgU) e a média dos últimos sete anos (86,33€/kgU) disponíveis na mesma publicação utilizada na avaliação inicial são sensivelmente iguais ao preço da avaliação (86,123€/kgU), o Conselho de Administração entendeu ser de manter o valor de contabilização do stock de urânio registado em 31/12/2016.



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

*Handwritten signature*

### 3.4. Síntese dos investimentos realizados

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos investimentos realizados em 2016, incluindo a comparação com a programação constante da proposta de plano para 2016 e da reprogramação efetuada pelo atual conselho de administração após a eleição em finais de junho. Constatase, como se refere neste Relatório, que o Plano registava atrasos na sua execução a impor uma reanálise.

A reprogramação efetuada, que foi comunicada ao acionista, foi integralmente cumprida, evidenciando um valor global de investimento de 5,018 milhões de euros.



Investimentos em 2016-Plano e execução							milhares de euros		
Domínio de Intervenção	Áreas de Actuação	Ações	2016		2016 reprogramado (agosto)		2016-realizado		
			Investimentos		Investimentos		Investimentos		
			Directo pela EDM	Induzido	Directo pela EDM	Induzido	Directo pela EDM	Induzido	
I - Técnico ambiental	A.1 - Concessão	Novas POSEUR 1ª fase/set2015							
		-rem ambiental da area mineira URGEIRIÇA-fase FINAL	4.740	4.740	2.838	2.838	2.901	2.901	
		-rem amb. CASTELEJO,FORM., VVID., VALES e P CERVÁES	3.850	3.850	166	166	170	170	
		-rem ambiental da area mineira de S.DOMINGOS-1ªFASE	1.600	1.600	256	256	234	234	
		Novas POSEUR 2ª fase/set2016	0	0	0	0	96	96	
		Monitorização	100	100	96	96	155	155	
	A.2- Outras Actividades de Indolo Ambiental	A21	Acções de Segurança, Controlo e Manutenção (Protocolo)						
			- Controlo nas Áreas Mineiras dos Radioactivos	250	250	125	125	475	475
			- Actuações em Poços, Chaminés e Galerias Desprotegidas	300	300	300	300		0
		- Manutenção e Actuações de Melhora Pós Remediação	300	300	600	600	538	538	
	A.3- Formação, Investigação e Desenvolvimento	A31	Plano de Formação para os Colaboradores	*	*	*	*	*	*
			Projectos de Investigação & Desenvolvimento						
			- Projeto LIFE WASTE	17	17	1	1	2	2
		-outros	40	40	0	0	0	0	
	A.4- Iniciativas de Parcerias e acções de divulgação	A41	A nível nacional -parcerias com Entidades e Empresas	5	5	5	5	0	0
A nível externo -participação da EDM em projectos no exterior			20	20	15	15	0	0	
	A42								
		Sub-Total	11.222	11.222	4.402	4.402	4.571	4.571	
II - Recursos Minerais	B.1 - Ações de Valorização do Potencial Nacional	B11	Avaliação Contínua dos Recursos Existentes						
			- Avaliação do potencial de prospeção de minerais Críticos	50	50	0	0	0	0
		B12	Participação em Projectos de Pesquisa e Prospeção						
			- argozelo	300	300	114	114	141	141
			- Escadea Grande	300	300	111	111	181	181
			- Monte das Mesas, S Pedro das Cabeças, Alcácer	50	3.050	0	0	0	0
			- outros	72	193	0	0	9	9
		B13	Participação em Projectos de Valorização e Aprov. Económi.						
			- Gavião	50	2.050	0	0	0	0
			- Semblana	50	7.450	0	0	0	0
	- Lagoa Salgada		10	10	0	0	0	0	
		- outros	500	2.200	0	0	0	0	
	B14	Investigação, Desenvolvimento e Inovação							
		- projeto VAMOS	5	5	4	4	3	3	
		- Projeto UNEXM N	45	45	8	8	8	8	
		- Outros	80	80	5	5	0	0	
	B.2- Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos	B21	Acções de Dinamização e Cooperação						
			- Projectos de Prospeção de Elevado Risco	200	200	0	0	0	0
		- Projectos de cooperação e Internacionalização	75	75	0	0	0	0	
B22		Promoção do Património Geológico-Mineiro							
	- Roteiro das Minas	150	150	35	35	54	54		
	- Acções visando a Promoção, imagem, inovação e comercialização	200	200	19	19	45	45		
							0		
B.3 - Promoção de Parcerias do Exterior	B31	Iniciativas Empresariais para Identificação de projectos de Recursos Geológicos							
		- Restantes Países da CPLP	200	400	0	0	0	0	
B.4 - Promoção do Aproveit. Integral dos recursos e reciclagem	B41	Promoção de eficiência no Uso de Recursos							
		- Projeto ENVIREE	10	10	5	5	5	5	
		-Outros	100	100	0	0	0	0	
		Sub-Total	2.447	16.868	301	301	447	447	
III - Modernização da Estrutura e Organização	C- Estrutura e Organização e Ativos	C1	Sistematização da Informação	*	*	*	*	*	*
		C2	Desenvolvimento de competências	*	*	*	*	*	*
		C3	Otimização da gestão de activos	*	*	*	*	*	*
			Sub-Total	0	0	0	0	0	0
		SOMA	13.669	28.090	4.703	4.703	5.018	5.018	
	*	- despesas contabilizadas como custos							

### 3.5. Participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários

A EDMI, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2016, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios, tendo sido possível concretizar a venda de 3 imóveis durante o exercício.

Tendo sido feita no final de 2014 uma avaliação dos imóveis, incluindo os loteamentos urbanos, que conduziu a um valor global de € 8. 047.302,80, valor superior aos valores de registo, que por prudência se mantiveram. Este valor de avaliação serve para aferir da possibilidade de reembolso da dívida à EDM. Esta avaliação justificou-se pela reserva colocada na Certificação Legal de Contas relativa às contas da EDM do exercício de 2013.

Relativamente às contas do exercício de 2016, destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.331.994,51), Resultados Líquidos positivos (€10.046,77), Capital Próprio (€911.009,68). O valor do Passivo (€5.420.984,83) engloba o valor da dívida à EDM (€5.410.897,31), resultante da venda de imóveis e de suprimentos, que no ano em apreço se reduziu em €57.538,14.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. L.', is located in the bottom right corner of the page.

#### 4. RECURSOS HUMANOS

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2016 foi de 18, dos quais 3 com contrato a termo. Em 31 de dezembro de 2016 o quadro de pessoal contava com 15 trabalhadores efetivos e 1 com contrato a prazo, tendo ocorrido 3 saídas durante o ano, uma por motivo de reforma, uma por cessação de cedência e outra por caducidade.

No exercício e dadas as condicionantes para o setor empresarial do Estado não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias.

Foram aplicadas as reversões das reduções remuneratórias salariais decorrentes da Lei nº nº 75/2014, de 12 de setembro, de acordo com a Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, que progressivamente repôs até 1 de outubro de 2016 as remunerações de 2010, eliminando as reduções que existiam desde janeiro de 2011. Mantiveram-se outras medidas sobre congelamento de promoções e progressões; contenção das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções.

Manteve-se em 2016 o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos.

Foi preocupação da empresa o desenvolvimento da formação profissional contínua dos seus colaboradores designadamente nas áreas técnicas.

M  
L.

## 5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2016 foram os seguintes:

- Distribuição de resultados líquidos ao acionista, no montante de € 277.349,48, efetuada em maio de 2016, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 8 de abril de 2016;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de €3.555.700,84;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de €1.013.384,38;
- Realização de investimentos no âmbito da prospeção e pesquisa de €331.777,63;
- Recebimento do montante de €7.115.070,09 do QREN e PO SEUR, correspondente à comparticipação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos da concessão de recuperação ambiental, e do IAPMEI relativamente a despesas não elegíveis da concessão;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de €151.098,04, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de €176.518,88, que foram penalizados pela necessidade de constituição de uma provisão relativa a processo em tribunal movido pela Drillcon contra a Almada Mining e EDM;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de €876.658,18 relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de €543.016,51, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€168.057,35), de

energia e fluidos (€59.993,20), rendas e alugueres (€59.216,19), conservação e reparação (€43.043,66) e vigilância e segurança (€36.825,45);

- Gastos com pessoal, no montante de €1.153.593,21, que incluem as remunerações e encargos sociais dos membros dos órgãos sociais no montante de € 332.203,37 e as remunerações e encargos sociais do pessoal no montante de € 686.768,27; o valor registado é superior ao valor de 2015 em consequência, principalmente, da aplicação das reversões das reduções remuneratórias de acordo com o estabelecido na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, do pagamento de uma indemnização por caducidade de contrato de trabalho e do processamento dos pagamentos decorrentes da saída dos anteriores administradores, tendo no entanto a diferença sido minimizada pela saída de 3 trabalhadores durante o ano;
- ganhos em subsidiárias de €10.046,77 relativamente à EDMI;
- Outros rendimentos no montante de €1.230.458,69 que compreendem rendimentos suplementares de €30.592,30, outros proveitos operacionais de €119.771,88, e outros rendimentos em ativos financeiros de €1.080.000,00 relativo à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada na subconta 7868 - Rendimentos e outros ganhos, por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010;
- Outros Gastos no montante de €19.588,35 dos quais €3.973,05 relativos a impostos e taxas, €14.508,08 a donativos, quotizações e outros;
- Imparidades de dívidas a receber no montante de €14.137,49, relativamente a saldo em dívida de faturação de serviços à Almada Mining;
- Provisões relativas a processo judicial em curso, Processo de Ação Comum nº 2476/16.5T8LSB, no montante de €174.943,60, que corresponde a 15% do valor da ação movida pela Drillcon Iberia à Almada Mining e EDM, no

*M. C. H.*

montante de € 1.166.290,64. O objeto da ação é uma dívida comercial contraída pela Almada Mining relativamente a serviços de sondagens.

- Gastos de amortizações, no montante de €53.850,47;
- Juros e rendimentos similares obtidos de €37.456,91 relativos a rendimentos de aplicações financeiras feitas no IGCP e de obrigações da CGD adquiridas em 2009;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de €18.976,04 relativo a IRC, tributação autónoma e derrama;
- Ativo não corrente, no valor de €10.946.709,53, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€5.410.897,31) e investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€2.935.387,80);
- Ativo corrente no montante de €47.916.179,55;
- Passivo não corrente de €1.376.171,90, dos quais €1.255.672,21 relativos a provisões;
- Passivo corrente de €6.621.397,92 dos quais €6.250.789,49 respeitam a dívidas a pagar que se referem quase exclusivamente a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2016 é de €58.862.889,08 e o Capital Próprio de €50.865.319,26.



## 6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

*(estrutura do capítulo de acordo com as orientações comunicadas pela carta da DGTF de 27 de fevereiro de 2017)*

### “1- Objetivos de gestão, (artigo 38º do RJSPE), e Plano de Atividades e Orçamento”

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais: uma de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão; e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista

Apesar do atual conselho de administração ter apresentado uma “proposta de Contrato de gestão” que incluía os objetivos gerais de gestão e as orientações estratégicas para o mandato ainda não foram “formalmente” aprovados os objetivos, embora a atuação desde a eleição tenha sido estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM.

Sublinhe-se, contudo, que o Conselho de Administração concretizou em 2016 os objetivos e estratégias propostas, cujo cumprimento se comprova pela descrição detalhada das atividades desenvolvidas e pelos indicadores de desempenho propostos, como se evidencia no quadro seguinte:

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. L.', is located in the bottom right corner of the page.

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Objectivos de Desempenho	Area de actuação/natureza	notas	Designação do indicador	meta 2016	meta 2017	meta 2018	Ponderação	Realizado em 2016
Qualitativos	CONTRATO DE CONCESSÃO	1	Superfície total da área mineira interveniçã (ha) acumulada face ao valores globais identificados em 2003 ( estudo de hierarquizaçã)	46%	50%	52%	10%	47%
		2	Populaçã potencialmente beneficiada pela diminiçã da vulnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente ( acumulada)	700 000	740.000	750 000	5%	702.018
	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS	3	Contratos de prospeçã e pesquisa, concessã experimental ou exploraçã celebrados, autonomamente ou em consórcio	1	1	2	5%	1
		4	Quantidade de quilómetros de geofísica (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	2	6	20	10%	4054
		5	Quantidade de amostras de rochas e solos (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	25	300	800	5%	375
		6	Quantidade de metros de sondagens geológicas carotadas ou destrutivas (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	-	1000	3000	10%	-
Financeiros	EFICIÊNCIA	7	Custos operacionais/rendimentos	96,00%	95,00%	94,00%	10%	80,30%
	RENTABILIDADE (*)	8	Rentabilidade do capital empregue (ROCE-Return on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicações financeiras no IGCP	>30	>30	>30	10%	37
	EQUILIBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO	9	Autonomia financeira	>50%	>50%	>50%	10%	86,40%
	EFICÁCIA	10	Grau de concretizaçã dos investimentos em contratos de prospeçã e pesquisa em consórcios face aos valores contratados	75%	75%	75%	5%	> 100
		11	Grau de concretizaçã dos investimentos em contratos autônomos de prospeçã e pesquisa face aos valores contratados	80%	80%	80%	5%	> 100
		12	Grau de concretizaçã dos investimentos das candidaturas aprovadas ao POSEUR	90%	90%	90%	5%	112%
PAG FORNECEDORES	13	PMP (Prazo médio de pagamentos)	28	26	24	10%	16	

100%

(\*)- em 2016 o calculo do EBIT a aplicar neste indicador será expurgado ( retificado) de previsíveis valores de imparidades

## NOTAS

- 1 quociente entre a área ( em ha) acumulada das áreas mineiras reabilitadas e com intervenções em curso e o valor global identificado no estudo de hierarquizaçã relativo aos 60 locais prioritários  
 2 somatório acumulado da populaçã residente em cada município potencialmente beneficiada por intervenções de recuperaçã ambiental ( censos de 2011)  
 base de referência dos dados reportados a final de 2015

descriçã	locais	hectares	populaçã
áreas mineiras prioritárias (definidas no estudo de hierarquizaçã de 2003)	60	1.927	1.070.000
áreas mineiras interveniçãdas	39	904	688.000

- 3 número de propostas de contratos de prospeçã, concessã de exploraçã experimental ou de exploraçã apresentados à DGEG ou em negociaçã  
 4 extensã (em km) de perfis de geofísica realizados  
 5 número de amostras analisadas geoquimicamente  
 6 extensã (em metros) de sondagens geológicas realizadas  
 7 quociente entre os custos operacionais( FSE+Despesas c/Pessoal+CMVMC)/rendimentos (vendas+Prestaçã serviços+trabalhos p/própria empresa+outros rend e ganhos)  
 8 quociente entre a rentabilidade do capital empregue (ROCE\_ EBIT/capital social) e a remuneraçã das aplicações financeiras no IGCP( taxa de remuneraçã média anual)  
 9 quociente entre o capital próprio e o ativo líquido da empresa  
 10 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeçã e pesquisa em consórcios ( de acordo com o cronograma)  
 11 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeçã e pesquisa autônomos ( de acordo com o cronograma)  
 12 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em candidaturas ( de acordo com o cronograma) após retificaçã pelas propostas a concurso  
 13 de acordo com a RCM nº34/2008, em dias úteis.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informaçã ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execuçã e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2016 não foi feita a atualizaçã salarial anual dos trabalhadores da EDM em consequência das disposições para o setor empresarial do Estado constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2016 e da Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, tendo sido aplicadas as reversões das reduções remuneratórias estabelecidas na Lei nº 75/2014 de 12 de setembro. Não foram feitas quaisquer valorizações remuneratórias.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestã em 2016 aos membros do Conselho de Administraçã de acordo com a legislaçã aplicável.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos.

*Execução do Plano de atividades e orçamento para 2016*

O mapa seguinte compara os valores realizados em 2016 com as previsões orçamentais constantes da proposta de PAO 2016, elaboradas em 15 de outubro de 2015 e com a nova versão de PAO 2016 Ajustado de 16 de junho de 2016, apresentada após análise da UTAM à primeira versão.

Rubricas	2016 Execução	PAO 2016	PAO 2016 Ajustado
<b>Rendimentos</b>	<b>2.117.164</b>	<b>2.140.000</b>	<b>2.220.000</b>
Vendas			
Vendas de Mercadorias			
Prestação de Serviços		40.000	40.000
Ganhos em subsidiárias	10.047		
Variação nos Inventários da Produção			
Trabalhos própria entidade	876.658	850.000	930.000
Ganhos por aumentos de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	1.230.459	1.250.000	1.250.000
<b>Gastos</b>	<b>1.905.279</b>	<b>1.865.962</b>	<b>1.845.862</b>
Custo Mercadorias vend. e Matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	543.016	606.320	586.320
Serviços especializados	270.421	294.500	284.500
Materiais	22.429	22.600	22.600
Energia e Fluidos	59.993	75.000	75.000
Deslocações, Estadas e Transportes	8.274	11.220	11.220
Serviços diversos	181.899	203.000	183.000
Gastos com pessoal	1.153.593	1.224.542	1.224.542
Perdas por imparidade	14.137		
Perdas por redução de justo valor	174.944		
Provisões do período			
Outros gastos e perdas	19.588	35.000	35.000
Impostos	3.973	15.000	15.000
Outros	15.615	20.000	20.000
<b>Resultados antes dep, gastos fin e impostos</b>	<b>211.884</b>	<b>274.138</b>	<b>374.138</b>
Depreciações e amortizações	53.850	50.000	50.000
<b>Resultado operacional</b>	<b>158.034</b>	<b>224.138</b>	<b>324.138</b>
<i>Juros e rendimentos similares</i>			
Juros e rendimentos similares obtidos	37.457	69.313	69.313
Juros e gastos similares suportados		1.000	1.000
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>195.491</b>	<b>292.450</b>	<b>392.450</b>
Imposto sobre o rendimento do período	18.972	58.490	78.490
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>176.519</b>	<b>233.960</b>	<b>313.960</b>

A discriminação dos principais aspetos decorrentes da análise do quadro, que já consta também do capítulo 5 do relatório evidencia o seguinte:

- nos “rendimentos” o desvio resulta essencialmente da não faturação de serviços, conforme constava da proposta de orçamento e de menor ritmo dos

investimentos, traduzido num valor mais baixo de trabalhos para a própria entidade.

- Relativamente aos “**gastos**” estes situaram-se também abaixo do previsto, mesmo considerando a provisão constituída no montante de €174.943 relativa a processo judicial em curso, que não havia sido considerada nas duas propostas de orçamento.
- Assim os “**resultados líquidos**” foram inferiores ao previsto decorrendo o desvio da necessidade de constituir a provisão atrás referida.

### *Princípios financeiros de referência*

A descrição dos aspetos referentes aos itens agregados na designação “princípios financeiros de referência” encontra-se apresentada no ponto “14-Medidas de redução de gastos operacionais” do capítulo 6 do relatório, pelo que esta informação adicional vai repetir em parte a aí referida. Relativamente aos princípios em referência identificados para 2016 pela carta da DGTF de 23/9/2015 sublinha-se:

€ 1.000

	2016 Execução	PAO 2016	PAO 2016 Ajustado (16 junho 2016)
(0) EBITDA	212	274	374
(1) CMVMC	0	0	0
(2) FSE	543	606	586
(3) Gastos com o pessoal	1.154	1.224	1.224
(4) Indemnizações pagas por rescisão	6	0	0
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	24		
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	1.667	1.830	1.810
(7) Volume de negócios	1.957	2.140	2.050
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	85,2%	85,5%	88,3%
Gastos com comunicações	35	35	35
Gastos com Deslocações/Alojamento	8	11	11
Gastos com Ajudas de custo	3	6	6
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	19	24	24
N.º Órgãos sociais (OS)	3	4	4
N.º Cargos de Direção (CD)			
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	16	20	20
N.º Trabalhadores/N.º CD			
N.º de viaturas	7	7	7
Gastos com as viaturas	29	30	30

M  
L.

- **EBITDA** - A necessidade de constituir a provisão relativa ao processo judicial em curso anteriormente referida também se traduz na obtenção de um valor de EBITDA inferior ao estimado nas duas propostas de orçamento, conforme se pode verificar no quadro seguinte. Excluindo o efeito, extraordinário e não repetível, desta situação da provisão o valor do EBITDA seria superior às previsões;
- Relativamente a **gastos operacionais** a redução e respetivo desvio verificado resulta de menor ritmo de atividade quer pela entrada em funções do novo Conselho de Administração mais tarde que o esperado quer pelo atraso na aprovação dos projetos de recuperação ambiental pelo PO SEUR. Assim os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal foram inferiores às estimativas. Apesar do impacto das reversões, o valor de gastos de pessoal foi inferior à previsão dado que o quadro de pessoal não foi reforçado com a entrada de novos trabalhadores como se previa;
- Consta-se, ainda que de forma marginal face à especificidade da atividade da empresa bem descrita no presente relatório, uma redução do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** inferior face às previsões apresentadas e face a 2015;
- Relativamente aos outros itens e tendo em consideração a especificidade da atividade da EDM, bem explicitada neste Relatório e Contas, constata-se:
  - Que os gastos com **deslocações** registam valores inferiores ao orçamentado em 37%, e ao valor de 2015
  - Que os gastos com **ajudas de custo** reduziram-se a metade do orçamentado, e são inferiores aos de 2015;
  - Que os gastos com **viaturas** também registam valor inferior ao orçamentado e aos de 2015. Manteve-se, como se refere no ponto 13 do capítulo 6 do relatório, o número de viaturas uma vez que as atividades da empresa se encontram dispersas geograficamente o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem;
  - Que os gastos com **comunicações** registam um valor igual ao orçamentado e inferior ao de 2015.

M  
27  
L.

### *Investimento*

Conforme se apresenta detalhadamente no capítulo 3 relativo à atividade desenvolvida e em síntese no quadro constante do ponto 3.4 do relatório, os investimentos realizados em 2016 ficaram aquém do que foi previsto no orçamento dado que se registaram atrasos na aprovação de projetos de recuperação ambiental. Relativamente a estes projetos refira-se que a EDM só pode avançar desde que lhe sejam afetos os meios financeiros necessários quer pelo PO SEUR no que se refere a disponibilidade de fundos comunitários quer do seu acionista e concedente no que diz respeito ao financiamento da contrapartida nacional.

Nos projetos de prospeção verificou-se que a área do Rosário só foi objeto de contratualização com a DGEG no final de novembro de 2016.

Nos outros projetos que estão previstos desenvolver em parceria a EDM está dependente de terceiros e da dinâmica que estes queiram implementar na execução dos mesmos.

### *Quadro de pessoal*

A nível de **pessoal** registaram-se saídas de 3 trabalhadores, que não foram substituídos em 2016. Está previsto que essas substituições possam ocorrer em 2017. O quadro de pessoal em 31 de dezembro tinha 16 trabalhadores, dos quais 1 com contrato a prazo, como está bem expresso no quadro anterior relativo aos princípios financeiros de referência e ao apresentado no ponto 14 do capítulo 6 do relatório.

### *Nível de endividamento*

A EDM não tem passivo bancário e também no orçamento não estava previsto qualquer endividamento.

“2-Gestão do Risco Financeiro”

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 86,4%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
<b>Encargos Financeiros (€)</b>	<b>0</b>	<b>13,7</b>	<b>113,0</b>	<b>838,2</b>	<b>2.351,8</b>
<b>Taxa Média de Financiamento (%)</b>	<b>n.a.</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>	<b>n.a.</b>

“3- Limite de crescimento do endividamento”

Passivo remunerado	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
	Valores €				Valor	%
Financiamentos obtidos correntes e não correntes	-	-	-	9.640	0	0
... dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	0	0
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-	0	0
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-	0	0
Endividamento ajustado	-	-	-	-	0	0

“4- Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)”

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2015 e 2016 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

M  
M  
L.

PMP	2016	2015	Var. absol.	Var. %
Prazo (dias)	16	16	0	0%

Dívidas Vencidas	Valor (€) 0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Não existem pagamentos em atraso.

[“5- Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista na aprovação das contas de 2015”](#)

Relativamente às recomendações e deliberações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2015, há a referir o seguinte:

a) *Recomendação: “minimizar e racionalizar os gastos associados à frota automóvel”;*

No 2º semestre de 2015 foram adquiridas 2 viaturas novas, que vieram substituir 2 viaturas que pela sua idade e quilometragem estavam a ter elevados gastos com conservação e reparação, com o objetivo de reduzir os gastos associados à frota automóvel. Essa situação teve maior impacto no exercício de 2016, com a redução de 8,3% dos gastos conforme mapa PRC que se apresenta adiante, uma vez que em 2015 as viaturas novas foram usadas apenas alguns meses. Refira-se também que se registou algum abrandamento na execução dos projetos o que também terá contribuído para essa redução. No entanto há que sublinhar que a atividade da EDM obriga a frequentes deslocações por todo o território nacional com os inerentes gastos associados.



*b) Recomendação: “assegurar o cumprimento integral do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado”*

Para dar integral cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a EDM tem as suas aplicações financeiras no IGCP, onde estão concentradas as suas disponibilidades (99,9%). De referir que as contas relativas a projetos financiados com fundos comunitários que estavam no sistema do POVT que faz as transferências para as contas indicadas nas candidaturas foram encerradas após o recebimento da totalidade dos montantes que se encontravam por receber.

*c) Recomendação: “apresentar o Relatório do Governo Societário de 2015 reformulado nos termos evidenciados pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), no prazo de 15 dias a contar da data de realização da presente Assembleia Geral”*

Foi apresentada em 18 de abril de 2016 uma versão do Relatório do Governo Societário de 2015 reformulado nos termos evidenciados pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), a qual mereceu a aprovação em 19 de abril de 2016 conforme Relatório de Análise UTAM nº 70/2016.

*d) Deliberação: “distribuição de dividendos ao acionista”*

Também os dividendos, no valor de €277.349,48, foram pagos no mês de maio, conforme aprovado na sessão da Assembleia Geral realizada em 8 de abril de 2016.

“6- Remunerações (apêndice 1)”

**a) Órgãos sociais**

O modelo de GOVERNO SOCIÉTARIO está detalhadamente desenvolvido no RGS apresentado ao acionista em conjunto com este RELATÓRIO E

CONTAS DE 2016. Sublinhe-se, em síntese, que o governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração.

Os órgãos sociais para o triénio 2016-2018 foram eleitos através da deliberação do Acionista na sessão da Assembleia Geral de 22 de junho de 2016 tendo na ocasião o Conselho de Administração sido composto com o Presidente e um Vogal, e completado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 5 de julho de 2016 com o segundo Vogal.

Mantiveram-se em funções até 22 de junho de 2016 os órgãos sociais eleitos para o triénio 2013-2015.

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

### Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

Presidente - €500,00 e Secretária - €350,00, de acordo com a deliberação da sessão da assembleia geral de 22 de junho de 2016.

Foram aplicadas as reversões das reduções remuneratórias de acordo com a Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

#### Mandato 2016-2018

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2016-2018	Presidente	Teresa Flor Morais	500,00	-	-	-	-
2016-2018	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	-	-	-	-
				-	-	-	-

Nota: Não se realizaram sessões da assembleia geral após a eleição para o mandato 2016-2018.



**Mandato 2013-2015**

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Moraes	500,00	1.500	150	90	1.440
2013-2015	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	1.050	105	63	1.008
				2.550	255	153	2.448

Nota: Os valores processados em 2016 relativos ao mandato de 2013-2015 referem-se às 3 sessões da Assembleia Geral realizadas em 8 de abril, 11 de maio e 22 de junho. No mandato de 2016-2018 não se realizou quaisquer sessões da A. Geral.

**Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração para o triênio 2016-2018 foram eleitos através da deliberação do Acionista na sessão da Assembleia Geral de 22 de junho de 2016, caso do Presidente e um Vogal, e completado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 5 de julho de 2016 com o segundo Vogal.

**Mandato 2016-2018**

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	Entidade Pagadora	(OD) <sup>(2)</sup>
2016-2018	Presidente	Rui da Silva Rodrigues	AG	22.06.2016	EDM	D
2016-2018	Vogal	Mário Jorge Ferreira Guedes	AG	22.06.2016	EDM	D
2016-2018	Vogal	Luís António Pita Ameixa	DUE	05.07.2016	EDM	D

Exerceram funções em 2016, entre 1 de janeiro e 22 de junho, os membros do Conselho de Administração do mandato anterior, 2013-2015, cuja composição consta do quadro seguinte:

Handwritten signature and initials in blue ink.

*Mandato 2013-2015*

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	Entidade Pagadora	(OID) <sup>(2)</sup>
2013-2015	Presidente	Carlos Augusto Caxaria	DUE	19.07.2013	EDM	D
2013-2015	Vice-Presidente	Ricardo Amaral Pinto	DUE	19.07.2013	EDM	D
2013-2015	Vogal	Jorge Ferreira Carvalho	DUE	27.03.2014	EDM	D

Em 22 de junho de 2016, na sessão da assembleia geral, o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em:

“Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.120,38 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.648,15€, pago 12 vezes por ano;

Vogal: Valor mensal ilíquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;

b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixado, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto de Gestor Público;

c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP.

Não é permitida:

a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, nas condições previstas no artigo 43º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, por aplicação do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março;

b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e

c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Os montantes a auferir efetivamente não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, atento o disposto na alínea o) do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, sem prejuízo, do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nos termos do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público.

Determinar que aos valores líquidos das remunerações fixadas sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. Aplica-se ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas”.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Assim evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações processadas em 2016 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor.

*Mandato 2016-2018*

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
[nome]	[S/N]	[A/B/C]		
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Mário J. Ferreira Guedes	S	C	3.662,56	1.465,02
Luís A. Pita Ameixa	S	C	3.662,56	1.465,02

*Mandato 2013-2015*

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
[nome]	[S/N]	[A/B/C]		
Carlos A. Caxaria	S	C	4.578,20	1.831,28
Ricardo do Amaral Pinto	S	C	4.120,38	1.648,15
Jorge M. Ferreira Carvalho	S	C	3.662,56	1.465,02

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2016 aos membros do Conselho de Administração.

Handwritten signature and initials in blue ink.

## Fiscal Único/ROC

### Mandato 2016-2018

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	
2016-2018	FU Efetivo	António Borges & Associados, SROC nº 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro ROC Nº 1165	AG	22.06.2016	Remuneração anual ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia global mensal ilíquida atribuída ao Presidente Conselho de Administração
2016-2018	ROC Suplente	Miguel Macedo Pinto Nunes Correia ROC nº 1761	AG	22.06.2016	

ROC Efetivo - António Borges & Associados, SROC nº 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro ROC nº 1165

ROC Suplente: Miguel Macedo Pinto Nunes Correia ROC nº 1761

### Mandato 2013-2015

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	
2013-2015	FU Efetivo	RSM- Patrício, Valente Associados, SROC nº 21, representada por Joaquim Patrício da Silva, ROC nº 320	AG	19.07.2013	Remuneração anual ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída ao Presidente Conselho de Administração
2013-2015	ROC Suplente	José Carlos Nogueira Faria Matos ROC nº 1034	AG	19.07.2013	

RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados - SROC, inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 e na CMVM sob o nº 196. A RSM é representada pelo Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC nº 320. O ROC Suplente – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos, ROC nº1034.

M  
M  
L

**b) Auditor Externo**

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2016	2015
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

**c) Restantes trabalhadores**

Aos trabalhadores foram aplicadas trimestralmente as reversões das reduções remuneratórias estabelecidas na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro de acordo com o disposto na Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro. Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos.

"7- Aplicação do artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

*Mandato 2016-2018*

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui Silva Rodrigues	80	468	
Mário Jorge F Guedes	80	0	
Luís António P. Ameixa	80	164	

**Mandato 2013-2015**

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos A Caxaria	80	437	
Ricardo A Pinto	80	762	
Jorge F Carvalho	80	253	

**Mandato 2016-2018**

Membro do CA	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Rui Silva Rodrigues		1.544,99	592,50	2.137,49	
Mário Jorge F Guedes		824,07	592,50	1.416,14	
Luís António P. Ameixa		909,56	592,50	1.502,06	
				5.055,69	

**Mandato 2013-2015**

Membro do CA	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Carlos A Caxaria		1.677,81	592,50	2.270,31	
Ricardo A Pinto		1.011,36	592,50	1.603,86	
Jorge F Carvalho		978,35	592,50	1.570,85	
				5.445,02	

"8- Aplicação do nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP"

Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

“9- Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações nos termos do nº 2 da RCM nº 18/2014”

Foi elaborado o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet ([www.edm.pt](http://www.edm.pt)).

“10- Elaboração e divulgação de Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção”

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2016, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, [www.edm.pt](http://www.edm.pt).

“11- Contratação pública, indicando o modo de aplicação das normas, os procedimentos internos e os atos e contratos de valor superior a 5M€”

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMI segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

Não se celebraram em 2016 atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'L. L.', is located in the bottom right corner of the page.

### “12- Medidas tomadas ao nível de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas”

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2015, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP sendo que em sequência foi celebrado contrato para o fornecimento de serviços de eletricidade e de abastecimento de combustíveis ao abrigo de concursos efetuados pela ESPAP. Já no início do corrente ano a EDM aderiu a procedimentos de contratação pública via Secretaria Geral do Ministério da Economia, no âmbito de acordos quadro estabelecidos pela ESPAP.

### “13- Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel”

Em 2016 não se registaram alterações no número de viaturas. Nos anos de 2014 e 2015 foram vendidas 3 viaturas e adquiridas 2. As viaturas são usadas nas deslocações em serviço aos locais onde a empresa desenvolve projetos de recuperação ambiental, projetos de prospeção, intervenções a nível de segurança e onde tem património, locais que se encontram dispersos por todo o território.

### “14- Medidas de redução de gastos operacionais”

A EDM tem, nos últimos anos, vindo a reduzir os gastos operacionais.

Relativamente a 2016 a previsão de gastos em Fornecimentos e serviços externos era de €586.320, na sequência de apreciação feita pela UTAM, e o valor real foi de €543.016,51 refletindo a maior eficiência e racionalização na sua atividade, enquanto que na rubrica de gastos de pessoal foi previsto o montante de €1.224.542 e o valor real registado foi de €1.153.593,21.

- **Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações**

A empresa tem procurado nos últimos anos otimizar os gastos em comunicações considerados operacionais dada a dispersão de locais onde

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, cursive letters, is located in the bottom right corner of the page.

tem operações e desenvolve projetos. Nesta matéria foi racionalizado o sistema de comunicações que nesta fase se considera estabilizado.

- **Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações/alojamento**

A empresa apenas atribui ajudas de custo quando existem deslocações ao estrangeiro. A empresa tem vindo a racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e a imputação a projetos.

- **Medidas no âmbito da frota automóvel (ver ponto 13 anterior)**

1.000 €

PRC	Meta	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2010 Exec.	2016/2015		2016/2010	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA		212	514	370	-1.261	-302	-58,8%	1473	-116,8%
(1) CMVMC		0	0	0	0	0		0	
(2) FSE		543	593	561	788	-50	-8,4%	-245	-31,1%
(3) Gastos com o pessoal		1.154	1.135	1.126	1.383	19	1,7%	-229	-16,6%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		6	0	0	0	6		6	
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		24	14			10	71,4%		
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	Redução em 15% face a 2010	1.667	1.714	1.687	2.171	-47	-2,7%	-504	-23,2%
(7) Volume de negócios		1.957	1.997	1.897	2.282	-40	-2,0%	-325	-14,2%
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	Redução face a 2015	85,2%	85,8%	88,9%	95,1%				
Gastos com comunicações	= ano 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	35	36	38	54	-1	-2,8%	-19	-35,2%
Gastos com Deslocações/Alojamento	= ano 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	8	10	10	30	-2	-20,0%	-22	-73,3%
Gastos com Ajudas de custo	= ano 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	3	5	8	3	-2	-40,0%	0	0,0%
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		19	22	22	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Órgãos sociais (OS)		3	3	3	3	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção (CD)								n.a	n.a
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		16	19	19	21	-3	-15,8%	-5	-23,8%
N.º Trabalhadores/Nº CD									
N.º de viaturas	Redução face ano anterior	7	7	7	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	= ano 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	29	32	35	n.a	-3	-8,6%	n.a	n.a

Nota: Volume de negócios - Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Rendimento da remuneração de capital afeto à concessão



“15-Princípio da unidade de tesouraria do Estado”

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria. A EDM tem as suas aplicações financeiras no IGCP, onde estão concentradas as suas disponibilidades (99,99%), sendo consideradas as disponibilidades evidenciadas na classe 1 – Meios Financeiros, excluindo-se deste conceito os investimentos financeiros em obrigações da CGD adquiridas em 2009 com vencimento em 2019. De referir que as contas relativas a projetos financiados com fundos comunitários que se encontravam no sistema do POVT que faz as transferências para as contas dos projetos, foram todas encerradas após o recebimento da totalidade das verbas em dívida.

Banca comercial	1º trimestre €	2º trimestre €	3º trimestre €	4º trimestre €
Caixa Geral de Depósitos (a)	28.956	68.773	48.017	20.655
Novo Banco (b)	7.758	7.651	7.437	7.132
Santander Totta ©	10.917	13.879	13.658	16.065
Total	47.631	90.303	69.112	43.852
Juros auferidos	0	0	0	0

(a) saldo relacionado com projetos financiados por fundos comunitários

(b) saldo para fazer face a encargos com garantias

© saldo para fundo maneio e despesas correntes

“16- Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas”

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.



"17- Divulgação da informação no site da DGTf**Informação referente a 31/12/2016**

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2015	
Caracterização da Empresa	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
Função de tutela e acionista	S	2016	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2015	Atualizado em 17.01.2017
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2015	Atualizado em 17.01.2017
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais		2015	Atualizado em 17.01.2017
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2015	Atualizado em 17.01.2017
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015	Atualizado em 17.01.2017
Esforço Financeiro Público	S	2016	
Ficha Síntese	S	2016	Atualizado em 16.01.2017
Informação Financeira histórica e atual	S	2016	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
- Outras transações	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
Económico	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
Social	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
Ambiental	S	2015	Atualizado em 16.01.2017
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2015	Atualizado em 16.01.2017

M  
L  
L

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet a informação referida anteriormente.

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page, overlapping the footer area. The signature is stylized and appears to be 'M. J. L.'.

## Apêndice 1

### “1- Mesa da Assembleia Geral”

Em 2016 foram pagos aos membros da Mesa os seguintes valores de senhas de presença:

#### Mandato 2016-2018

Mandato Início-fim	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2016- 2018	Presidente	Teresa Flor Morais	500,00	-	-	-	-
2016-2018	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	-	-	-	-
				-	-	-	-

Nota: Não se realizaram sessões da assembleia geral após a eleição para o mandato 2016-2018.

#### Mandato 2013-2015

Mandato Início-fim	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500,00	1.500	150	90	1.440
2013-2015	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	1.050	105	63	1.008
				2.550	255	153	2.448

Nota: Os valores processados em 2016 relativos ao mandato de 2013-2015 referem-se às 3 sessões da Assembleia Geral realizadas em 8 de abril, 11 de maio e 22 de junho. No mandato de 2016-2018 não se realizou quaisquer sessões da A.Geral.

### “2-Conselho de Administração”

Os membros do Conselho de Administração do mandato em curso, 2016-2018, foram nomeados através de deliberações do Acionista como se segue:



## Mandato 2016-2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Rui Silva Rodrigues	AG	22.06.2016	Não	DGEG	-	1
2016-2018	Vogal	Mário Jorge Ferreira Guedes	AG	22.06.2016	n.a.	-	-	1
2016-2018	Vogal	Luís António Pita Ameixa	DUE	05.07.2016	n.a.	-	-	

## Mandato 2013-2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2013-2015	Presidente	Carlos A Caxaria	DUE	19.07.2013	Não	-	-	1
2013-2015	Vice-Presidente	Ricardo A Pinto	DUE	19.07.2013	n.a.	-	-	1
2013-2015	Vogal	Jorge F Carvalho	DUE	27.03.2014	Não	-	-	1

Legenda: (1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Os atuais membros do Conselho de Administração da EDM exercem também, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDM sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Rui Silva Rodrigues	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração
Mário Jorge Ferreira Guedes	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração
Luís António Pita Ameixa	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração

*M*  
*Y*  
*L.*

Exerceram também em 2016 funções de administração na EDMI, entre 1 de janeiro e 9 de julho de 2016, os anteriores membros do Conselho de Administração.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Carlos A Caxaria	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração
Ricardo A Pinto	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração
Jorge F Carvalho	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração

Durante 19 dias, período em que não se verificou acumulação de funções com a EDM, ao Vogal da EDMI, Ricardo Amaral Pinto, foram processadas remunerações no valor de €3.600,92 tendo os respetivos encargos sociais com a segurança social ascendido a €796,21.

Os valores das remunerações de acordo com o Estatuto do Gestor Público são as seguintes:

*Mandato 2016-2018*

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de representação
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Mário J. Ferreira Guedes	S	C	3.662,56	1.465,02
Luís A. Pita Ameixa	S	C	3.662,56	1.465,02

Handwritten signature in blue ink.

**Mandato 2013-2015**

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Carlos A Caxaria	S	C	4.578,20	1.831,28
Ricardo A Pinto	S	C	4.120,38	1.648,15
Jorge F Carvalho	S	C	3.662,56	1.465,02

Os valores de remuneração anual processados em 2016 e os outros benefícios\sociais foram os seguintes:

**Mandato 2016-2018**

Período de 22 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2016 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
[Nome]						
Rui da Silva Rodrigues	43.941,33	-	43.941,33	6.203,58	3.599,91	41.337,66
Mário Jorge Ferreira Guedes	36.149,44	-	36.149,44	5.059,00	2.879,95	33.970,40
Luis António Pita Ameixa	33.673,15	-	33.673,15	4.711,53	2.731,97	31.693,58
			113.763,92	15.974,11	9.211,83	107.001,64

**Mandato 2013-2015**

Período de 1 de janeiro de 2016 a 22 de junho de 2016

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2016 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
[Nome]						
Carlos A. Caxaria	43.513,25	-	43.513,25	6.309,42	2.093,17	39.297,00
Ricardo do Amaral Pinto	39.161,91	-	39.161,91	5.678,48	1.883,85	35.367,29
Jorge M Ferreira Carvalho	34.810,58	-	34.810,58	5.047,53	1.674,52	31.437,57
			117.485,73	17.035,43	5.651,55	106.101,86

## Mandato 2016-2018

Membro do CA Mandato 2016-2018	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual Seguro de Vida	Encargo anual Seguro de Saúde	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	[identificar]	Encargo anual			[identificar]	Encargo anual da entidade
Rui da Silva Rodrigues	15,00	1.860,00	CGA	10.133,70	(a)	358,83		
Mário Jorge Ferreira Guedes	15,00	2.025,00	SS	8.412,00	(a)	358,83		
Luis António Pita Ameixa	15,00	1.680,00	SS	7.812,62	288,13	1.204,78		
		5.565,00		26.358,32	288,13	1.922,44		

(a) A aguardar decisão da seguradora

## Mandato 2013-2015

Membro do CA Mandato 2016-2018	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual Seguro de Vida	Encargo anual Seguro de Saúde	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	[identificar]	Encargo anual			[identificar]	Encargo anual da entidade
Carlos A. Caxaria	15,00	1.710,00	SS	10.097,36	(a)	1.357,26		
Ricardo do Amaral Pinto	15,00	1.725,00	SS	9.209,20	(a)	2.443,08		
Jorge M. Ferreira Carvalho	15,00	1.725,00	CGA	8.138,54	1.833	2.443,08		
		5.160,00		27.445,10	1.833	6.243,42		

(a) Não foi aceite pela seguradora



## Mandato 2016-2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2016								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Rui da Silva Rodrigues		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Mário Jorge Ferreira Guedes		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0
Luís António Pita Ameixa		N	35.023	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

## Mandato 2013-2015

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2016								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Carlos A Caxaria		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Ricardo A Pinto		N	35.023	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0
Jorge F Carvalho		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

**Mandato 2016-2018**

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Rui da Silva Rodrigues	3.775,72		0			3.775,72
Mário Jorge Ferreira Guedes	206,35		0			206,35
Luís António Pita Ameixa	365,50		0			366,50
						4.347,57

**Mandato 2013-2015**

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Carlos A Caxaria	1.280,81		437,78			1.718,59
Ricardo A Pinto	492,70		312,70			805,40
Jorge F Carvalho	138,30		250,16			388,46
						2.912,45

- a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento  
b) Custos com deslocações no âmbito da Promoção do Potencial Geológico Nacional e Cooperação com o Exterior são enquadrados ao abrigo do Protocolo de Cooperação com a DGEG.

**“3-Fiscalização”****ROC/Fiscal Único****Mandato 2016-2018**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma <sup>1º</sup>	Data	Data do Contrato		
2016-2018	FU/ROC Efetivo	António Borges & Associados	69	20161405	AG	22.06.2016	05.07.2016	-	-
2016-2018	ROC Suplente	Miguel Macedo Pinto Nunes Correia	1761	20161603	AG	22.06.2016	-	-	-

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, é Nuno Duarte da Silva Magro, ROC nº 1165.

*M  
S  
L*

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)				Valor Anual serviços adicionais 2016(€)				
	Bruta (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)	Identificação dos serviços	Valor (1)	Redução (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
António Borges & Associados	6180	-	-	6.180	-	-	-	-	-
	Total			6.180	-	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

### Mandato 2013-2015

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma <sup>(1)</sup>	Data	Data do Contrato		
2013-2015	FU/ROC Efetivo	RSM	21	196	DUE	19.07.2013	27.12.2007	9	9
2013-2015	ROC Suplente	José Faria Matos	1034		DUE	19.07.2013	-	-	-

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)				Valor Anual serviços adicionais 2016(€)				
	Bruta (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)	Identificação dos serviços	Valor (1)	Redução (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
RSM	6180	-	-	6.180	-	-	-	-	-
	Total			6.180	-	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais

NOTA: As funções de ROC efetivo e Fiscal Único foram sempre desempenhadas pelo representante da Sociedade, Dr. Patrício da Silva (9 anos). O ROC Suplente, Dr. José Faria Matos foi nomeado como suplente há 9 anos mas nunca exerceu funções de efetivo na sociedade.

**“4-Auditor Externo”**

Identificação do Auditor Externo			Data da contratação	Duração do contrato	Nº anos funções exercidas no grupo	Nº anos funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	16 (EDM)	16

Nome Auditor Externo	Valor Anual do contrato de prestação de serviços- 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais- 2016 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)	Identificação serviços	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
BDO & Associados SROC	16.440	-	-	16.440	-	-	-	-	

Valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais

O exercício de 2001 foi o primeiro a ser auditado pela BDO Binder Co, e a partir de 2004 a BDO & Associados, SROC. Em abril de 2001 os auditores externos eram a KPMG – Auditores Externos S.A., que emitiram parecer sobre as contas de 2000.



## Apêndice 2

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas de 2016, apresenta-se de seguida, o quadro síntese:

Apêndice 2		EPNF SA 2016	
Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
<b>Objetivos de Gestão</b>			
Objetivo 1 <sup>(a)</sup>	N.A.		Cap. 6. Ponto 1.
<b>Metas a atingir constantes do PAO 2016</b>			
Princípios financeiros de referência	S		
Investimento	S		
Gastos com pessoal	S		
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			n.a.
Gestão do Risco Financeiro	S		Não há endividamento
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Não há endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	S	Manteve-se em 16 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		Não há atrasos
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
Recomendação 1 – Gastos da frota automóvel	S		Cap. 6. Ponto 5.
Recomendação 2 – Cumprimento integral da Unidade de Tesouraria	S	99,998%	Cap. 6. Ponto 5.
Recomendação 3- Apresentação nova versão relatório Governo Societário	S		Cap. 6. Ponto 5.
<b>Remunerações</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S	0	
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	18.146,16	Montante da redução sem encargos
Fiscalização(CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	n.a.	
Auditor Externo – reduções e reversões remuneratória vigentes em 2016	S	n.a.	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	6.178,56	Montante da redução sem encargos
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março	S	0	
<b>Artigo 32º do EGP</b>			

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'G.P.' at the bottom right.

Não utilização de cartões de crédito	S	n.a.	Não existem cartões
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	n.a.	Não existem.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais – nº 2 art.16º do RJSPE e artigo 11º do EGP</b>			
Proibição da realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não existem
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – nº 2 da RCM nº 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	S	<a href="http://www.edm.pt/images/reldshm2016.pdf">www.edm.pt/images/reldshm2016.pdf</a>	
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	<a href="http://www.edm.pt/images/relpprcic2016.pdf">www.edm.pt/images/relpprcic2016.pdf</a>	
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1 contrato: M€2,40	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas <sup>(b)</sup></b>			
Recomendação 1	N.A.		
<b>Parque Automóvel</b>			
N.º de Viaturas	S	7 viaturas, variação 0	
Gastos com Viaturas	S	- €3.000	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	S	Preenchido o quadro PRC	Cap. 6. Ponto 14.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)</b>			
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	S	99,998%	Cap. 6. Ponto 15.
Disponibilidades e aplicações na banca comercial		€43.852	Cap. 6. Ponto 15.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	0	Cap. 6. Ponto 15.

## 7. PERSPETIVAS FUTURAS

Tendo em consideração as competências interiorizadas ao longo dos 50 anos da sua atuação (completados em 2016) em especial no domínio dos recursos mineiros e as orientações propostas no contrato de gestão para o mandato 2016-2018, em fase de aprovação, redefiniu-se o “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da EDM bem explicitado quer neste Relatório e Contas quer no Plano de Atividades para 2017, e que se resume no seguinte:

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2017-2020, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);

na perspetiva de se envolver no “**HORIZONTE 2025**” em fases de avaliação de viabilidade e no “**HORIZONTE 2030**” em fases de produção

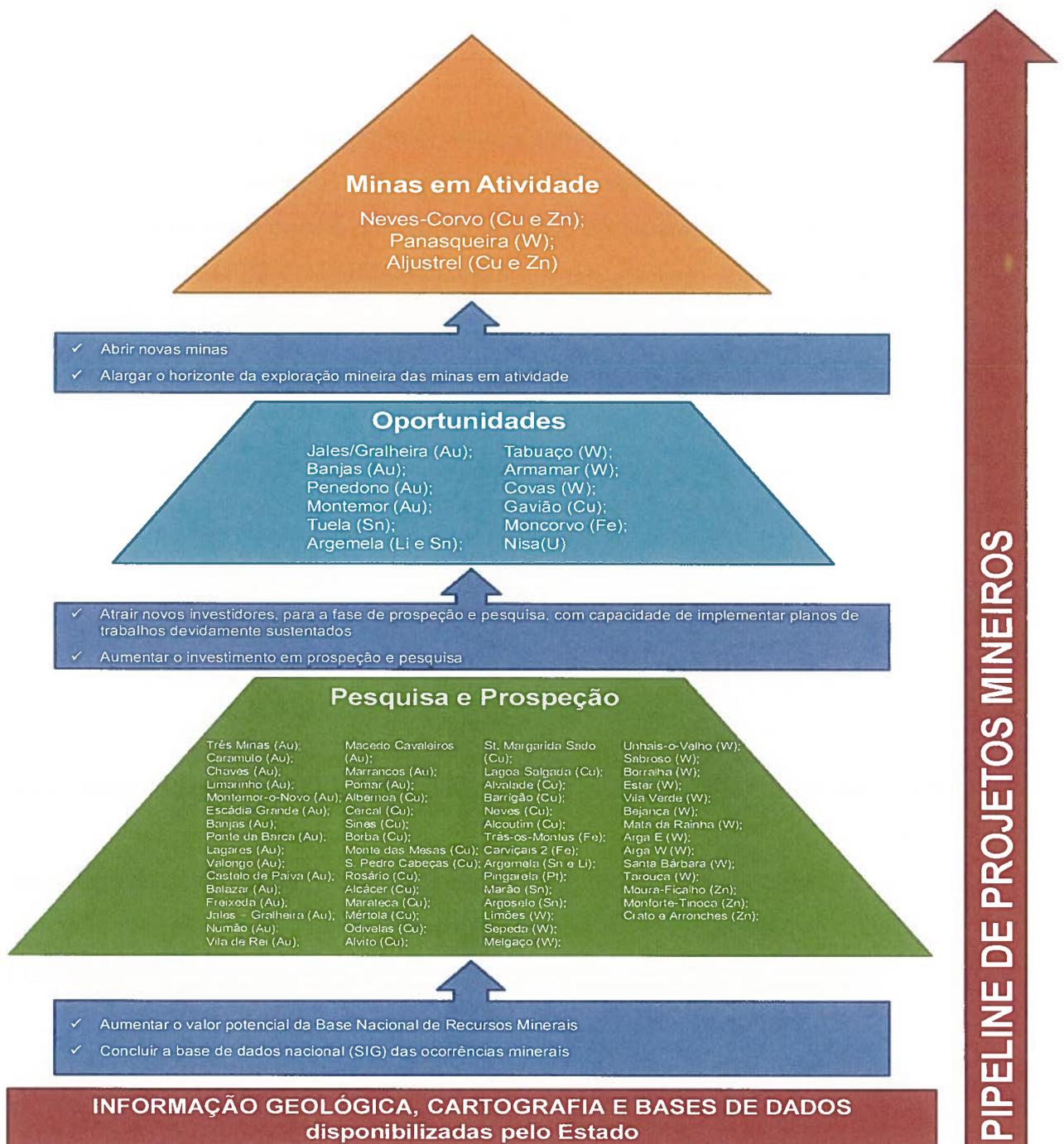
Por outro lado a **estratégia** a desenvolver pela EDM, já descrita neste relatório, visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos mineiros tanto no território nacional como no exterior;
- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

Neste enquadramento e para dar concretização à estratégia referida e ao novo posicionamento estratégico identificaram-se os projetos e ações a desenvolver em 2017 e nos anos seguintes, dos quais se sublinha o seguinte:

- No **domínio dos RECURSOS MINEIROS**, assume-se que dadas as potencialidades existentes no território nacional, cujo valor potencial supera já, com base apenas na informação conhecida, os 136 mil milhões de euros, é necessário assegurar a “alimentação” do “pipeline” de oportunidades que constitui o suporte para, num prazo de 5-10 anos, suportar o arranque de novas minas em Portugal.

*Handwritten signature*



- Por isso, para além dos projetos de prospeção e pesquisa programados e do acompanhamento dos projetos em fase mais avançada em desenvolvimento com parcerias, destacam-se 2 novas iniciativas:
  - a implementação de um *portfólio de projetos*, devidamente caracterizados através de “memórias técnicas” com descrição da geologia, trabalhos anteriores e respetivas conclusões e tipologia de ações que deverão ser realizadas

*Handwritten signature*

- para uma adequada avaliação das respetivas potencialidades;
  - o e a dinamização da criação de um *Fundo de Apoio à Inventariação Mineira (FAIM)*, suportado nos Instrumentos Financeiros do PORTUGAL 2020, que constitua um instrumento de aceleração da prospeção e pesquisa e ao mesmo tempo promova uma valorização dos ativos da EDM.
- No domínio da **REMEDIAÇÃO AMBIENTAL**, após a aprovação pela RCM nº 81/2015 de 10 de setembro, do alargamento do prazo do contrato de concessão por 7 anos e mantendo o POSEUR uma dotação para assegurar o financiamento com verbas comunitárias dos projetos, importa preparar os projetos já identificados como exigindo intervenção de recuperação de modo a concretizar a sua implementação ainda no horizonte do PORTUGAL2020.
- Por isso, além do acompanhamento das candidaturas já aprovadas cuja execução está a decorrer, destacam-se:
    - o a revisitação e reavaliação dos projetos ainda não intervencionados envolvendo análise das soluções apresentadas e atualização da estimativa de custos;
    - o a dinamização de Acordos de Parceria com todas as autarquias visando a valorização das áreas e ativos recuperados, a divulgação da atividade realizada pela EDM e a promoção do potencial turístico destas antigas áreas mineiras.
- No domínio da **SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA**, para além da adoção de modernas práticas de gestão, é fundamental promover a identificação de novas áreas de negócio que contribuam para a maximização das competências detidas pela empresa e proporcionem novas origens de rendimentos.
- Por isso, além das ações no domínio da estrutura e organização:
    - o está previsto o arranque de um projeto visando criar um *modelo/metodologia de certificação de solos* das áreas mineiras intervencionadas, com a perspetiva de evolução para outras tipologias de solos;
    - o está, igualmente, previsto um projeto associado à identificação *de modelos de intervenção em áreas*

M  
M  
Lp.

*potencialmente geradoras de emissões de gases radão* no sentido de garantir o respeito pelas orientações da Diretiva nº2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013;

- admite-se equacionar a possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos nas áreas recuperadas.

Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas os **investimentos** previstos realizar em 2017, e no horizonte 2019, constam do Plano de Atividades para 2017 oportunamente apresentado. Os meios financeiros necessários à execução deste programa de investimentos passam pelo recurso a fundos comunitários e outros fundos nacionais, bem como pela afetação de meios próprios, cujos montantes também constam do referido Plano de Atividades. Sublinhe-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2017 ascende a €14.406.331, repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Ambiental - €11.596.331,00
- Mineira - € 2.640.000,00
- Modernização e Sustentabilidade - €170.000,00

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2017 e respetivas contribuições são as seguintes:

- PORTUGAL 2020 (POSEUR) - €8.459.456,00
- Fundos nacionais via Despacho SEAll nº88/2008 e outros - €2.396.095,00
- Protocolo com a DGEG - €960.000,00
- Meios Próprios - €2.590.780,00

## 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos e considerando o elevado esforço financeiro necessário para fazer face ao Programa de Investimentos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas, em especial das antigas minas de urânio da ex-ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA, e tendo subjacente orientações do Governo no sentido da EDM proceder à afetação a esta atividade, por conta do Estado, de parte dos seus meios financeiros, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de €176.518,88 (cento e setenta e seis mil quinhentos e dezoito euros e oitenta e oito cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- €176.518,88 (cento e setenta e seis mil quinhentos e dezoito euros e oitenta e oito cêntimos) seja transferido para a “Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental”.

Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'L. S.' with a flourish above it.

## 9. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2016, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho.

Aos membros dos órgãos sociais que cessaram funções durante o exercício de 2016 o agradecimento pelo trabalho desenvolvido.

Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 10 de março de 2017

### O Conselho de Administração

  
Rui da Silva Rodrigues, Presidente

  
Mário Jorge Ferreira Guedes, Vogal

  
Luís António Pita Ameixa, Vogal

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

- **Balço**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração de Resultados por Funções**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações ao Capital Próprio**
- **Anexo**

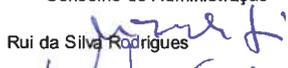
Handwritten marks and signatures in blue ink, including a checkmark and a signature.

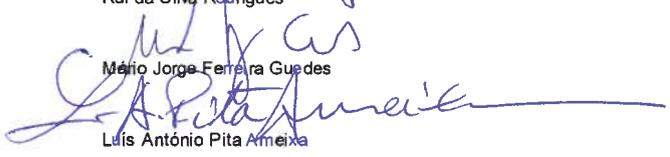
<b>BALANÇO</b>			
euros			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	779.627,01	822.436,14
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	2.935.387,80	2.883.776,87
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	911.009,68	900.962,91
Participações financeiras - outros métodos	8	656.776,37	656.017,74
Creditos a receber	9	5.453.755,66	8.887.606,48
Ativos por impostos diferidos	10	210.153,01	241.883,39
		<b>10.946.709,53</b>	<b>14.392.683,53</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	11	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	12	5.634,52	63.625,48
Estado e outros entes públicos	13	57.295,46	0,00
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber	14	1.069.405,38	6.284.172,46
Diferimentos	15	26.721,17	70.635,76
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	16	33.025.938,02	28.763.731,07
		<b>47.916.179,55</b>	<b>48.913.349,77</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>58.862.889,08</b>	<b>63.306.033,30</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	17	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	1.312.492,37	2.797.140,63
Resultados transitados	21	23.564,16	1.564.230,58
Ajustamentos em ctivos financeiros	22	-499.512,95	-499.512,95
Excedente de revalorização	23	121.071,80	161.407,55
Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
		<b>50.688.800,38</b>	<b>53.754.450,81</b>
Resultado líquido do período		<b>176.518,88</b>	<b>554.698,96</b>
		<b>50.865.319,26</b>	<b>54.309.149,77</b>
Interesses que não controlam			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>50.865.319,26</b>	<b>54.309.149,77</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	24	1.255.672,21	1.231.826,65
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	25	120.499,69	120.499,69
		<b>1.376.171,90</b>	<b>1.352.326,34</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	26	179.842,38	251.931,49
Adiantamento de clientes		4.797,00	2.337,00
Estado e outros entes públicos	13	185.335,60	109.163,06
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	25	6.250.789,49	7.280.493,20
Diferimentos	15	633,45	632,44
		<b>6.621.397,92</b>	<b>7.644.557,19</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.997.569,82</b>	<b>8.996.883,53</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>58.862.889,08</b>	<b>63.306.033,30</b>

Contabilista Certificado


 António Louro Seirano

Conselho de Administração


 Rui da Silva Rodrigues


 Mário Jorge Ferreira Guedes


 Luís António Pita Almeida

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	10.046,77	-2.689,75
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	27	876.658,18	917.948,54
Fornecimento e serviços externos	28	-543.016,51	-592.289,71
Gastos com o pessoal	29	-1.153.593,21	-1.135.055,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	30	-14.137,49	-18.850,79
Provisões (aumento/reversões)	31/37	-174.943,60	416.859,00
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	32	1.230.458,69	1.268.266,30
Outros gastos	34	-19.588,35	-340.674,82
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>211.884,48</b>	<b>513.513,19</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35	-53.850,47	-47.803,42
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>158.034,01</b>	<b>465.709,77</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	36	37.456,91	231.576,37
Juros e gastos similares suportados	38	0,00	-13,70
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>195.490,92</b>	<b>697.272,44</b>
Imposto sobre o rendimento do período	39	-18.972,04	-142.573,48
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>176.518,88</b>	<b>554.698,96</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		176.518,88	554.698,96
Interesses que não controlam		176.518,88	554.698,96
Resultado por ação básico		0,0294	0,0924

Contabilista Certificado



António Serrano

Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Luís António Pita Amêixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES			
euros			
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
<b>Resultado bruto</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outros rendimentos	27/32	2.117.163,64	2.603.073,84
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	28/29/30/35	-1.939.541,28	-1.793.999,50
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	34	-19.588,35	-343.364,57
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>158.034,01</b>	<b>465.709,77</b>
Gastos de financiamento (liquidos)	36/38	37.456,91	231.562,27
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>195.490,92</b>	<b>697.272,04</b>
Imposto sobre o rendimento do período	39	-18.972,04	-142.573,48
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>176.518,88</b>	<b>554.698,56</b>
<b>Resultado das actividades descontinuadas (liquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		176.518,88	554.698,56
Interesses que não controlam		176.518,88	554.698,56

Contabilista Certificado



António Serrano

Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues



Mario Jorge Ferreira Guedes



Luis Antonio Pita Ameixa

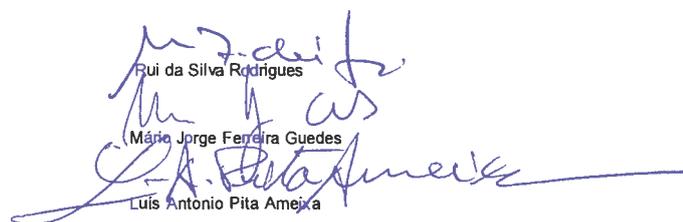
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		euros	
		2016	2015
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		80.885,22	33.897,49
Pagamentos a fornecedores		-547.467,47	-608.777,34
Pagamentos ao pessoal		-1.164.845,07	-1.113.957,41
Caixa gerada pelas operações		-1.631.427,32	-1.688.837,26
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-124.760,73	-202.394,62
Outros recebimentos/pagamentos		-138.962,70	-2.054.403,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-1.895.150,75	-3.945.635,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-12.953,72	-62.739,71
Ativos intangíveis		-3.353.915,31	-11.199.687,69
Investimentos financeiros		-45.000,00	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		9.653.464,74	5.288.247,20
Investimentos financeiros		51.000,00	
Outros ativos			235.000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		142.111,46	308.337,50
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		6.434.707,18	-5.430.842,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos	5	-277.349,48	-211.571,46
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(3)		-277.349,48	-211.571,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.262.206,95	-9.588.049,86
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		28.763.731,07	38.351.780,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		33.025.938,02	28.763.731,07

Contabilista Certificado



António Serrano

Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues  
Mário Jorge Ferreira Guedes  
Luís António Pita Ameixa

2015

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio	Interesses que não controlam			
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados	Ajustam. Financeiros	Excedentes de Reavaliação	Outras variações de capital próprio			Resultado líquido do exercício		
1		30.000.000		13.731.185		6.000.000	2.527.622	1.642.731	-499.513	161.408			539.036	54.102.469		54.102.469
ALTERAÇÕES DO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras																
Realização do excedente de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalor. de ativos fixos tang. e intang. e respect. variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
2		0	0	0	0	0	269.518	-76.501	0	0			-269.518	0		0
3																
4=2+3																
5																
6=1+2+3+4+5		30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	2.797.140	1.564.230	-499.513	161.408			554.699	54.387.650	0	54.387.650
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO																
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Distribuições																
Entradas para coberturas de perdas																
Outras operações																
6=1+2+3+4+5		30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	2.797.140	1.564.230	-499.513	161.408			554.699	54.387.650	0	54.387.650

2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio	Interesses que não controlam			
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados	Ajustam. Financeiros	Excedentes de Reavaliação	Outras variações de capital próprio			Resultado líquido do exercício		
1		30.000.000		13.731.185		6.000.000	2.797.140	1.564.230	-499.513	161.408			554.699	54.309.149		54.309.149
ALTERAÇÕES DO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras																
Realização do excedente de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalor. de ativos fixos tang. e intang. e respect. variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
2		0	0	0	0	0	-1.484.648	-1.549.272	0	-40.336			-277.349	-3.311.270	0	0
3																
4=2+3																
5																
6=1+2+3+4+5		30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	1.312.492	23.564	-499.513	121.072			176.520	50.665.319	0	50.665.319
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO																
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Distribuições																
Entradas para coberturas de perdas																
Outras operações																
6=1+2+3+4+5		30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	1.312.492	23.564	-499.513	121.072			176.520	50.665.319	0	50.665.319

Handwritten signatures and initials in blue ink.

## ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

### 2. REFERENCIAL CONTABILISTICO

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, ajustadas nos termos da portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2011, de 6 de julho – encontramos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o

M  
M  
L  
L

financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação o previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro na rubrica créditos a receber.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no novo normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

### 3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

M  
Y  
G  
L.

### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

### Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '27' and a signature that appears to be 'Li'.

transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

### **Investimentos em empresas subsidiárias**

O investimento da EDM na sua única empresa participada está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

### **Inventários**

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM. Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

### **Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

### **Ativos e passivos financeiros**

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos

MS  
LH.  
09

preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

A empresa passou a reconhecer no exercício de 2012, como outros investimentos financeiros, um montante de 600.000,00 euros, aplicado em obrigações subordinadas da Caixa Geral de Depósitos. Nos exercícios anteriores este montante estava reconhecido em Caixa e Depósitos Bancários.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

### **Impostos correntes e diferidos**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos

MS  
17

of L.

ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

### **Locações**

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

### **Reconhecimento do rédito**

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Handwritten notes in blue ink, including the letters 'nd' and a checkmark, and a signature 'Lh.' with a date '007'.

## **Benefícios a empregados**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado por duodécimos em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

## **Provisões**

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

## **Juros**

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

## **Dividendos**

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

## **4. Fluxos de Caixa**

Os fluxos de caixa ocorridos em 2016 constam do quadro resumo que se segue:

	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.895.150,75	-3.945.635,70
Fluxos de caixa das actividades de investimento	6.434.707,18	-5.430.842,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-277.349,48	-211.571,46
Varição de caixa e seus equivalentes	4.262.206,95	-9.588.049,86
Caixa e seus equivalentes no início do período	28.763.731,07	38.351.780,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	33.025.938,02	28.763.731,07

## 5. Partes relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Em 2016 foram pagos dividendos no montante de €277.349,48.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de € 500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2016 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€ 10.046,77
Ativo líquido	€6.331.994,51
Capital próprio	€911.009,68

À data de 31 de dezembro de 2016 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de € 5.410.897,31.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2016, em base individual, são analisados como segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'L'.

<b>Ativos tangíveis</b>	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.470,36					279.470,36
Edifícios outras construções	812.436,13					812.436,13
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	248.468,57					248.468,57
Ferramentas e utensílios	2.592,55					2.592,55
Equipamento administrativo	464.993,56		15.103,92	7.555,53		472.541,95
Outros ativos tangíveis	122.552,07		1.015,46			123.567,53
Ativos fixos tangíveis curso						
<b>Total</b>	<b>2.085.773,24</b>	<b>0,00</b>	<b>16.119,38</b>	<b>7.555,53</b>	<b>0,00</b>	<b>2.094.337,09</b>

## Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	442.696,06	17.258,01		459.954,07
Equipamento básico	80.606,58	13.520,68		94.127,26
Equipamento transporte	203.865,87	12.305,00		216.170,87
Ferramentas e utensílios	2.592,55			2.592,55
Equipamento administrativo	417.126,67	7.744,58	-2.477,49	422.393,76
Outros ativos tangíveis	116.449,37	3.022,20		119.471,57
<b>Total</b>	<b>1.263.337,10</b>	<b>53.850,47</b>	<b>-2.477,49</b>	<b>1.314.710,08</b>

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

## 7. Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

<b>Activos Intangíveis</b>	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	426.144,68	3.555.700,84		-3.230.463,63	751.381,89
Projectos Protocolo	0,00	1.112.345,52		-1.112.345,52	0,00
Projecto Gavião e Outros (a)	2.457.632,19	350.448,18		-624.074,46	2.184.005,91
<b>Total</b>	<b>2.883.776,87</b>	<b>5.018.494,54</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.966.883,61</b>	<b>2.935.387,80</b>

a) os valores acumulados à data dos principais projetos são os seguintes: Gavião (€ 883.182,65), Argozelo (€ 952.960,95), Escadea Grande (€ 334.378,39) e Rosário (€ 8.950,75).

Os estudos e trabalhos já efetuados nestes projetos evidenciam forte potencial geológico/mineiro pelo que se planeou o reforço dos investimentos de "desenvolvimento e avaliação" nos próximos anos a que se devem seguir os estudos de viabilidade da exploração das "jazidas" existentes. Em conformidade entende o CA apropriado manter os valores contabilizados.

17  
NA  
L  
OP

## 8. Outros investimentos financeiros

A participação financeira na EDM I está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Foi utilizada a dispensa de consolidação permitida pelo normativo aplicável.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	900.962,91	10.046,77			911.009,68
Titulos e outras aplic.fananc.	656.017,74		758,63		656.776,37
<b>Total</b>	<b>1.556.980,65</b>	<b>10.046,77</b>	<b>758,63</b>	<b>0,00</b>	<b>1.567.786,05</b>

## 9. Créditos a receber

O saldo desta conta refere-se fundamentalmente a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDM I, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de €5.410.897,31. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDM I assegura, no essencial, a dívida à EDM.

	2016	2015
Despacho 496/2004 SEAME-XV	0,00	3.311.269,53
IVA	0,00	0,00
Outros devedores	42.858,35	107.901,50
Participadas	5.410.897,31	5.468.435,45
<b>Total</b>	<b>5.453.755,66</b>	<b>8.887.606,48</b>

De acordo com a deliberação do acionista na assembleia geral de 22 de junho de 2016 foi regularizado o crédito sobre o acionista no valor de €3.311.269,53, relativo às verbas disponibilizadas até ao final de 2004 pela EDM à ex-EXMIN, a qual ocorreu por contrapartida de Resultados Transitados e, no excedente, por utilização da Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental.

MS  
  
 09

## 10. Ativos por impostos diferidos

	2016	2015
Activos por impostos diferidos	210.153,01	241.883,39
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.000.728,61	1.151.825,65
Taxa: IRC - 21%	210.153,01	241.883,39
Taxa: Derrama		

## 11. Inventários - Mercadorias

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e fundamentou-se num valor médio de mercado dos últimos sete anos à data da transferência com base na publicação especializada do observatório de preços do EURATOM. Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista, de aprovação dos valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização. Este valor é monitorizado anualmente com referência à mesma metodologia para determinar eventual necessidade de registo de imparidade.

## 12. Clientes

	2016	2015
Clientes c/corrente	5.634,52	63.625,48
Total	5.634,52	63.625,48

## 13. Estado e outros entes públicos

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a checkmark, the letters 'MS', and a signature.

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a recuperar	57.295,46	
Retenções impostos s/ rendimento		19.599,14
IVA		145.751,36
Contribuições segurança social e outros		19.985,10
<b>Total</b>	<b>57.295,46</b>	<b>185.335,60</b>

#### 14. Outros créditos a receber

	2016	2015
Juros a receber	8.689,76	113.344,31
Devedores diversos	36.611,20	30.715,95
Entidades financiadoras de projectos (a)	418.520,94	6.139.679,48
Devedores por acordos de parceria	605.583,48	
<b>Total</b>	<b>1.069.405,38</b>	<b>6.283.739,74</b>

(b) Encontra-se por receber o montante de €343.669,74 do IAPMEI relativo a despesas não elegíveis dos trabalhos efetuados no âmbito do contrato de concessão. Em 30 de dezembro de 2016 foi recebido o montante de €787.500,00.

#### 15. Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de €26.721,17 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de €633,45.

#### 16. Caixa e depósitos bancários

	2016	2015
Caixa/Cheques a depositar	11.000,00	5.000,00
Depósitos à ordem	5.614.938,02	1.258.731,07
Outros depósitos bancários	27.400.000,00	27.500.000,00
<b>Total</b>	<b>33.025.938,02</b>	<b>28.763.731,07</b>

MCS  
Ll.  
087

## 17. Capital Subscrito

O capital da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

## 18. Outros instrumentos de capital próprio

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

## 19. Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

↗  
MOS  
L.F.  
@

## 20. Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

## 21. Resultados transitados

Os resultados transitados apresentam um saldo de €23.564,16. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício de 2016, foi transferido para esta conta o montante de €40.335,75, resultante da regularização parcial de excedentes de revalorização relacionados com reintegrações contabilizadas como gastos do exercício. Foi também transferido para esta conta a regularização parcial, €1.556.751,29, da conta 27887201 – Despacho SEAME XV 496/2004. Foi ainda também reajustada a conta Resultados Transitados por impostos diferidos ativos no montante de €31.730,38.

## 22. Ajustamentos em ativos financeiros

O valor negativo de €499.512,95 corresponde a ajustamentos decorrentes do método de equivalência patrimonial.

## 23. Excedente de revalorização

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em €161.407,55 e ajustado durante o exercício de 2016 no montante de €40.335,75 conforme consta na nota 21. Este movimento está refletido no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

## 24. Provisões

Nesta conta encontram-se registados;

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A

Handwritten notes in blue ink: a checkmark, 'MCS', 'L.', and a signature.

EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);

- Foram feitas em 2016 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações bem como por constituição de provisão para processos judiciais em curso no montante de €174.943,60 relativa ao processo nº2476/16.5.T8LSB movido pela Drillcon Ibéria S.A..

Tipo de provisão	Saldo inicial	Regularizações	Reforço	Saldo final
Processos judiciais em curso			174.943,60	174.943,60
Outras provisões	1.231.826,65	151.098,04		1.080.728,61
	1.231.826,65	151.098,04	174.943,60	1.255.672,21

## 25. Outras dívidas a pagar

	2016	2015
Remunerações a liquidar	104.954,18	115.831,01
Outros acréscimos custos	5.863,85	11.361,38
Credores diversos	649.950,19	15.593,10
Verbas recebidas para investimentos a realizar (a)	5.490.021,27	7.137.707,71
Total	6.250.789,49	7.280.493,20

(a) O montante das verbas recebidas será investido na totalidade, pelo que não é expectável qualquer devolução do valor em saldo, por realizar, à data de 31 de dezembro de 2016

## 26. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2016	2015
Fornecedores c/correntes	179.842,38	251.931,49
Total	179.842,38	251.931,49

27  
MS  
L.  
@

**27. Trabalhos para a própria entidade**

	2016	2015
Investimento no âmbito ambiental e próprios	814.310,13	891.893,39
Projectos protocolo	62.348,05	26.055,15
Total	876.658,18	917.948,54

**28. Fornecimentos e serviços externos**

	2016	2015
Trabalhos especializados	168.057,35	142.598,48
Honorários	13.674,65	9.480,00
Energia e Fluidos	59.993,20	58.069,36
Vigilância e segurança	36.825,45	61.750,44
Comunicação	35.018,64	35.687,68
Outros Fornecimentos e serviços	39.459,96	44.422,19
Materiais	22.429,12	17.981,38
Rendas e Alugueres	59.216,19	60.064,83
Seguros	24.785,83	27.656,72
Deslocações e estadas	8.273,56	10.835,28
Conservação e reparação	43.043,66	93.620,79
Outros diversos	32.238,90	30.122,56
Total	543.016,51	592.289,71

**29. Gastos com pessoal**

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	277.681,22	231.532,73
Remunerações do pessoal	560.287,56	575.453,02
Encargos sobre remunerações	181.064,31	181.302,23
Benefícios pós emprego	61.915,81	56.958,68
Indemnizações	5.741,82	
Seguro acidentes de trabalho	12.389,36	17.059,34
Gastos de acção social	39.033,88	55.143,06
Outros gastos	15.479,25	17.606,52
Total	1.153.593,21	1.135.055,58

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2016 foi de 18 empregados, 3 Administradores e Fiscal Único.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**30. Imparidades**

	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Clientes	32.988,28	32.988,28	0,00
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	784.070,00	784.070,00	0,00

No exercício de 2016 foi feito o reforço da imparidade de dívidas a receber de clientes no montante de €14.137,49.

**31. Provisões**

	2016	2015
Provisões para processos judiciais em curso	174.943,60	

**32. Outros rendimentos**

	2016	2015
Rendimentos suplementares	30.592,30	41.430,28
Descontos obtidos	94,51	113,10
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		9.900,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	119.771,88	136.822,92
Total	1.230.458,69	1.268.266,30

"a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de "capital afeto à recuperação ambiental", foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007."

**33. Ganhos/Perdas imputadas a subsidiárias e associadas**

	2016	2015
Ganhos em subsidiárias	10.046,77	
Perdas em subsidiárias		-2.689,75

**34. Outros gastos**

	2016	2015
Impostos directos	2.543,78	2.543,46
Impostos indirectos	1.345,92	2.000,35
Taxas	83,35	83,35
Gastos e perdas em investimentos não finance	1.107,22	0,00
Outros (a)	14.508,08	336.047,66
Total	19.588,35	340.674,82

(a) Inclui em 2015 o valor de €280.208,99 relativo ao desconhecimento dos gastos capitalizados no projeto de Jales/Gralheira.

**35. Gastos de depreciação e amortização**

	2016	2015
Ativos tangíveis		
Edifícios e outras construções	17.258,01	17.101,89
Equipamento básico	13.520,68	13.517,66
Equipamento de transporte	12.305,00	4.617,30
Equipamento administrativo	7.744,58	8.483,33
Outros ativos tangíveis	3.022,20	4.083,24
Total	53.850,47	47.803,42

**36. Juros e outros rendimentos similares**

	2016	2015
Juros obtidos	37.456,91	231.576,37
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	37.456,91	231.576,37

**37. Reversões de provisões**

Na sequência da absolvição, pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, da EDM no processo 208/8 que correu termos no Tribunal de Pinhel, relativamente a acidente com caçador, foi feita em 2015 a reversão da provisão constituída para o efeito.

	2016	2015
Processo 208/8 Tribunal de Pinhel	0,00	416.859,00

M  
L  
L  
L  
L

**38. Juros e gastos similares suportados**

	2016	2015
Juros suportados	0,00	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	
Outros		13,70
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>13,70</b>

**39. Imposto sobre o rendimento**

	2016	2015
IRC	8.233,74	125.010,58
Tributação autónoma	10.738,30	17.562,90
Derrama		
<b>Total</b>	<b>18.972,04</b>	<b>142.573,48</b>

**40. Compromissos**

Durante o exercício de 2016 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de €61.915,81. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2016 a empresa tinha assumido responsabilidades por avals e garantias prestadas, como segue:

Em nome da EDM

- a) Aval prestado à CGD, referente a duas garantias bancárias prestadas à participada EDMI, a favor da Câmara Municipal de Aljustrel, no montante de €1.011.673,12, que foi reduzido para €101.167,31 em 2011. Tendo sido feita a vistoria já foi pedida a libertação da garantia.
- b) Ministério da Economia nº 914/004203/282/0019      15.079,00

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'L' and other scribbles.

Em nome da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA:

Ministério da Economia	12.469,95
Ministério da Economia	12.469,95
Ministério da Economia	6.484,37
Ministério da Economia	897,84
Ministério da Economia	14.963,94
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	6.234,97
Ministério da Economia	9.975,96
Ministério da Economia	9.975,96

#### 41. Outras divulgações – Processos em tribunal

Em janeiro de 2016 a EDM foi notificada da citação da Ação de Processo Comum nº 2476/16.5T8LSB movido pela Drillcon Ibéria S.A. contra a Almada Mining e EDM, ação com o valor de 1.166.290,64. O objeto da ação é uma dívida comercial contraída pela Almada Mining relativamente a serviços de sondagens.

#### 42. Outras divulgações – Concessão para a recuperação ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'L' and other scribbles.

responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10
2016	5.018.494,54	3.555.700,84	7.115.070,09

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e as verbas do Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM estão consideradas no passivo, em outras dívidas a pagar, como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a checkmark, the name 'Luis', and a signature.

100

100

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas

### **1 - INTRODUÇÃO**

A “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, E.P.”, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 148/86, de 18 de junho, em resultado da fusão das empresas “EDMA – Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo, E.P.” e “Ferrominas, E.P.”. Em 1989, pelo Decreto-Lei n.º 313/89, de 21 de setembro, foi deliberada a alteração da sua natureza jurídica, sendo convertida de pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, em pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais maioritariamente públicos. A empresa passou assim a denominar-se “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.”.

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., como concessionária em regime exclusivo, no âmbito da Concessão atribuída pelo Estado através do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, assume um papel relevante na elaboração e condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, os quais constituem a sua principal atividade. Adicionalmente, executa atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais e presta serviços especializados nos domínios dos geo-recursos e do ambiente.

### **2 - ATIVIDADE FISCALIZADORA**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e relativas à EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A..

Procedemos ao acompanhamento da atividade de gestão da entidade, com a regularidade necessária e obtivemos as informações mínimas indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

### 3 - CONSIDERAÇÕES

O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da entidade.

Os critérios de valorimetria foram utilizados de modo consistente com exercícios anteriores.

Foi emitida Certificação Legal das Contas, com a data de 14 de março de 2017, contendo as seguintes ênfases:

- (i) *De acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 julho, foram transferidos para a EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., ativos de urânio ( $U_3O_8$ ) armazenados na Urgeiriça, a título de prestação acessória de capital do Estado, os quais figuram no balanço em inventários, no montante de 13,7 milhões de euros, valorizados ao custo. É convicção da Administração que o valor escriturado é integralmente recuperável, não se encontrando estes ativos em imparidade, tendo por base os valores de referência SPOT  $U_3O_8$ , divulgados pelo observatório EURATOM, a dezembro de 2015, dado serem os últimos disponibilizados por aquela entidade.*
- (ii) *Encontram-se registados em ativos intangíveis em curso dispêndios com projetos associados à concessão no valor de 751.382 euros, transitoriamente, até ao pedido de reembolso, após o qual passam a figurar em “Outras contas a receber”.*
- (iii) *Encontra-se por receber desde 2009 cerca de 343.670 euros do IAPMEI, referente a pedidos de reembolsos de despesas não elegíveis apresentados ao IAPMEI por indicação da Secretaria de Estado da Economia e Inovação. De acordo com a reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de março de 2016, é sua perspetiva e convicção de que estes valores ainda serão recebidos.*
- (iv) *Os projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (Gavião, Prospeção Estanho/Argozelo, Escádia Grande, Macedo de Cavaleiros e Rosário) apresentam em 31 de dezembro de 2016 o valor global de cerca de 2,2 milhões de euros, escriturados como ativo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 883.183 euros. A recuperação destes investimentos depende da sua futura viabilidade e exploração, que, em conformidade com a*

*“NCRF 16 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais”, devendo ser objeto de testes periódicos de imparidade. Com referência a 31 de dezembro de 2016, é convicção do Órgão de Gestão que estes ativos são recuperáveis, dado o seu potencial e viabilidade de exploração, pelo que não se encontram em imparidade.*

A Entidade conta ainda com auditores externos, cujas funções são desempenhadas pela empresa “BDO & Associados, SROC, Lda.”. No seu relatório, datado de 13 de março de 2017, constam as seguintes ênfases:

Ênfases:

*Conforme mencionado no anexo, o ativo intangível e os outros créditos a receber englobam intervenções com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Monte das Mesas e Escádia Grande), os quais visam a determinação da pré viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os custos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 2 800 000 (2015: € 2 500 000), apresentando riscos de imparidade e de incerteza relevantes. De referir que os estudos e trabalhos já efetuados nestes projetos evidenciam forte potencial geológico/mineiro tendo a EDM planeado, para os próximos anos, o reforço de investimentos de desenvolvimento e avaliação a que se devem seguir os estudos de viabilidade da exploração das jazidas já existentes. Dependendo a sua recuperação, da viabilidade e subsequente exploração das referidas áreas mineiras, entendeu o órgão de gestão manter o custo dos referidos ativos, asserção e pressupostos consistentes com os planos de negócio e de investimentos efetuados e previstos efetuar EDM.*

*Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.*

*Durante o exercício o Acionista deliberou regularização do valor em dívida pelo Estado, enquanto Concedente e no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, de parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. Regularização efetuada por contrapartida de resultados transitados (€ 1 550 000) e da Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental (€ 1 750 000).*



*Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas aos imóveis detidos pela EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 300 000, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela informação financeira. Contudo, não podemos deixar de referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras entretanto encerradas, associadas à falta de liquidez e ausência de procura no referido segmento mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das referidas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.*

Em cumprimento do artigo 28º do RJSPE e do artigo 86º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que dispõem sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a empresa concentra as suas disponibilidades no IGCP (um peso de 99,8% ao nível de caixa e depósitos bancários). Relativamente aos investimentos financeiros, a Entidade possui uma participação na associada EDMI (cerca de 911 mil euros) e obrigações da CGD até à sua maturidade (de 600 mil euros), adquiridas em 2009 e com maturidade em 2019, não transacionáveis, conforme relatado e explicitado no Relatório de Gestão.

#### **4 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)**

No seguimento da nossa atividade, entendemos terem sido cumpridas as orientações legais vigentes para o setor empresarial do estado (SEE), designadamente as orientações relativas às remunerações vigentes em 2016 e a exigência constante no nº 1 do artigo 54º do RJSPE, relativo aos relatórios de boas práticas de governo societário.

#### **5 - PARECER**

Tendo em conta as considerações expostas somos de parecer que:

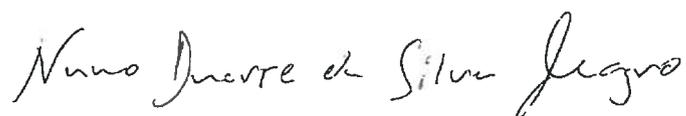
- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão, os documentos de prestação de contas, e demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 14 de março de 2017

**O Fiscal Único**

A handwritten signature in black ink, reading "Nuno Duarte da Silva Magro". The signature is written in a cursive, flowing style.

**António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**  
Representada por Dr. Nuno Duarte da Silva Magro, Revisor Oficial de Contas nº 1165



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 58.862.889 euros e um total de capital próprio de 50.865.319 euros, incluindo um resultado líquido de 176.519 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações:

- (i) De acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 julho, foram transferidos para a EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., ativos de urânio ( $U_3O_8$ ) armazenados na Urgeiriça, a título de prestação acessória de capital do Estado, os quais figuram no balanço em inventários, no montante de 13,7 milhões de euros, valorizados ao custo. É convicção da Administração que o valor escriturado é integralmente recuperável, não se encontrando estes ativos em imparidade, tendo por base os valores de referência SPOT  $U_3O_8$ , divulgados pelo observatório EURATOM, a dezembro de 2015, dado serem os últimos disponibilizados por aquela entidade.
- (ii) Encontram-se registados em ativos intangíveis em curso dispêndios com projetos associados à concessão no valor de 751.382 euros, transitoriamente, até ao pedido de reembolso, após o qual passam a figurar em “Outras contas a receber”.
- (iii) Encontra-se por receber desde 2009 cerca de 343.670 euros do IAPMEI, referente a pedidos de reembolsos de despesas não elegíveis apresentados ao IAPMEI por indicação da Secretaria de Estado da Economia e Inovação. De acordo com a reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de março de 2016, é sua perspetiva e convicção de que estes valores ainda serão recebidos.
- (iv) Os projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (Gavião, Prospeção Estanho/Argozelo, Escádia Grande, Macedo de Cavaleiros e Rosário) apresentam em 31 de dezembro de 2016 o valor global de cerca de 2,2 milhões de euros, escriturados como ativo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 883.183 euros. A recuperação destes investimentos depende da sua futura viabilidade e exploração, que, em conformidade com a “NCRF 16 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais”, devendo ser objeto de testes periódicos de imparidade. Com referência a 31 de dezembro de 2016, é convicção do Órgão de Gestão que estes ativos são recuperáveis, dado o seu potencial e viabilidade de exploração, pelo que não se encontram em imparidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O

risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre outros requisitos legais**

Em cumprimento do artigo 28º do RJSPE e do artigo 86º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que dispõem sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a empresa concentra as suas disponibilidades no IGCP (um peso de 99,8% ao nível de caixa e depósitos bancários).

Lisboa, 14 de março de 2017

**António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**  
Representada por Dr. Nuno Duarte da Silva Magro, Revisor Oficial de Contas nº 1165



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de € 58 862 889 e um total de capital próprio de € 50 865 319, incluindo um resultado líquido de € 176 519), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme mencionado no anexo, o ativo intangível e os outros créditos a receber englobam intervenções com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Monte das Mesas e Escádia Grande), os quais visam a determinação da pré viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os custos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 2 800 000 (2015: € 2 500 000), apresentando riscos de imparidade e de incerteza relevantes. De referir que, de acordo com a EDM, os estudos e trabalhos já efetuados nestes projetos evidenciam forte potencial geológico/mineiro tendo a EDM planeado, para os próximos anos, o reforço de investimentos de desenvolvimento e avaliação a que se devem seguir os estudos de viabilidade da exploração das jazidas já existentes. Dependendo a sua recuperação, da viabilidade e subsequente exploração das referidas áreas mineiras, entendeu o órgão de gestão manter o custo dos referidos ativos, asserção e pressupostos consistentes com os planos de negócio e de investimentos efetuados e previstos efetuar nas referidas áreas.

Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

Durante o exercício o Acionista deliberou regularização do valor em dívida pelo Estado, enquanto Concedente e no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, de parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. Regularização efetuada por contrapartida de resultados transitados (€ 1 550 000) e da Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental (€ 1 750 000).

Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas aos imóveis detidos pela EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 300 000, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela informação financeira. Contudo, não podemos deixar de referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras entretanto encerradas, associadas à falta de liquidez e ausência de procura no referido segmento mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das referidas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 13 de março de 2017

**BDO & Associados, SROC**  
A Administração





## Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre o Desempenho dos Gestores Executivos

### INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em conformidade com o Manual veiculado pelo Ministério das Finanças para elaboração do Relatório do Governo Societário 2016, cumpre ao Órgão de Fiscalização da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., elaborar um relatório, baseado no relatório de boas práticas do governo societário adotadas em 2016 pela Empresa, que aprecia o cumprimento das exigências previstas no Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do referido Decreto-Lei.

### RESPONSABILIDADES

As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização. É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração e apresentação anual do relatório de boas práticas de governo societário, do qual conste informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A nossa responsabilidade consiste em analisar e apreciar o conteúdo do referido relatório no que se refere às boas práticas do governo societário.

### PARECER

Com base no trabalho efetuado, somos da opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., pode considerar-se adequado tendo por base a forma como foram desenvolvidas as correspondentes ações durante o período de 2016, sendo aplicadas boas práticas do governo societário, sendo atual e completa a informação incluída no documento “Relatório de Governo Societário” referente a 2016.

Lisboa, 14 de março de 2017

### O Fiscal Único



**António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

Representada por Dr. Nuno Duarte da Silva Magro, Revisor Oficial de Contas n.º 1165